




ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR		Protocolo:
Em: 09/05/2022 10:38		18.944.383-8
CNPJ Interessado: 05.012.896/0001-42		
Interessado 1: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ		
Interessado 2: -		
Assunto: CONTRATO/CONVENIO		Cidade: PARANAVAI / PR
Palavras-chave: TERMO DE CONVENIO		
Nº/Ano: 75/2022		
Detalhamento: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR		
Código TTD: -		

Para informações acesse: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/consultarProtocolo>

**TERMO DE CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
(CONVÊNIO PD&I) Nº 075/2022 PDI**

PROTOKOLO Nº PBA2022011000253

CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO (CONVÊNIO PD&I) QUE ENTRE SI CELEBRAM FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO PARANÁ, E O(A) UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, PARA A EXECUÇÃO DO “PROJETO Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.”, VISANDO O FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA ÁREA Educação Física

Pelo presente instrumento, os **PARTÍCIPES** abaixo qualificados:

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, agência de fomento, nos termos do Art. 2º, inc. V, da Lei Estadual 20.541/2021 (Marco Legal Estadual de CT&I), integrante do Sistema Paranaense de Inovação, conforme § Único, do Art. 3º, da Lei Estadual 20.541/2021, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado do Paraná, com criação autorizada na forma da Lei Estadual 12.020/1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.579.617/0001-00, domiciliada na Av. Comendador Franco, 1341 – Cietep, Jardim Botânico, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominada “**CONCEDENTE**”, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro, R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030 376 ,Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Jovino do Rosário nº 448, CEP 82.540-115, Curitiba –PR; e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, com sede no(a) Avenida Rio Grande do Norte, nº 1525, Centro, CEP 87710-020, Paranavaí - Paraná inscrito(a) no CNPJ sob o nº 05.012.896/0001-42, Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), conforme definido no Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021 neste ato representado(a) pelo(a) Salete Paulina Machado Sirino, portador(a) da Carteira de Identidade nº 37834033, expedida pelo(a) SSP, e CPF nº 513.131.549-20, residente e domiciliado no(a) Rua Jacarezinho, nº 1385, casa, Mercês CEP 80810-130 em Curitiba – PR, doravante referida como “**ICTPR**”;

RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO DE PARCERIA DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**, com fundamento no artigo 17 da Lei

Estadual nº 20.541/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Convênio visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTÍCIPIES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde., protocolo nº PBA2022011000253, em conformidade com o Plano de Trabalho (**Anexo I**).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Promover o fortalecimento da produção científica, tecnológica e de inovação, por meio da concessão de apoio financeiro para a execução de projetos de pesquisa nas áreas do conhecimento que apresentem aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária ou que apontam aderência às áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência, a saber: Áreas prioritárias do CCT-Paraná: Agricultura & Agronegócio; Biotecnologia & Saúde; Energias Inteligentes; Cidades Inteligentes; Educação, Sociedade & Economia. Áreas transversais: Desenvolvimento Sustentável; Transformação Digital. Em relação às áreas prioritárias segue detalhamento na Nota Técnica 02/2021 da Fundação Araucária (<http://www.fappr.pr.gov.br/Pagina/Atos-Notas-e-Comunicados>). Além das áreas citadas, será valorizada a aderência das propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aspecto que é recomendado na apresentação dos projetos a serem submetidos (www.odsbrasil.gov.br).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Esta parceria decorre do chamamento público CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 - SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO) n.º 09/2021, publicado em 1 de Fevereiro de 2022, com resultado final publicado no Diário Oficial do Estado nº 11123, 4 de Março de 2022 e integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado (**Anexo I**), bem como os documentos constantes no referido processo

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 27(vinte e sete) meses após a sua assinatura, para cumprimento do objeto do convênio e prestação de contas final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto pelo prazo de 24(vinte e quatro) meses. Período de prestação de contas da Conveniente, correndo pelos 30 dias subsequentes, após o que inicia-se o período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária que correrá pelos 60 dias finais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, a critério da Fundação Araucária, por prazo igual ou inferior, por meio da celebração de Termo Aditivo. O aditamento exige solicitação com antecedência mínima de 60

(sessenta) dias do fim da vigência, acompanhada de justificativa técnica e a apresentação de novo Plano de Trabalho. Para a prorrogação da vigência do presente instrumento, deverá a ICTPR observar os prazos máximos previstos no Edital de Chamada Pública, conforme o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando a dificuldade de definir antecipadamente e com precisão a duração necessária para execução das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, os prazos iniciais e finais das etapas do Plano de Trabalho poderão sofrer alterações, condicionadas a autorização da Fundação Araucária.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos por meio do presente instrumento, apresenta o planejamento e o cronograma físico-financeiro dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições dos partícipes e estabelece a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, estabelecendo objetivos, metas e indicadores de execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ICTPR executará as atividades de PD&I descritas no Plano de Trabalho (**Anexo I**), que constitui parte integrante e indissociável deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Admite-se a subcontratação de profissionais, instituições e empresas de reconhecida competência para a execução de atividades técnicas específicas previstas no Plano de Trabalho, cabendo à ICTPR a responsabilidade pela sua coordenação e execução nos termos previstos neste instrumento. A subcontratação restringe-se à execução de partes específicas do plano de trabalho relacionadas a atividades técnicas e é limitada à rubrica de serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pesquisadores que participarem da execução das atividades inerentes à execução do objeto do acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação trabalhista e/ou funcional com as respectivas entidades de origem.

PARÁGRAFO QUARTO - A impossibilidade técnica e/ou científica de cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, desde que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à adequação do Plano de Trabalho ou à extinção deste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA compromete-se a:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
2. Inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE –

PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011, e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outro que venha substituí-las;

3. Dar publicidade ao instrumento pactuado no Diário Oficial do Estado e no sitio oficial da Fundação Araucária na internet;
4. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, comunicando à ICTPR quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
5. Analisar a prestação de contas da ICTPR, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
6. Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
7. Notificar a ICTPR, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

II – A ICTPR compromete-se a:

1. Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
2. Aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Termo;
3. Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como em estrita observância ao contido no Plano de Trabalho;
4. A ICTPR fica obrigada a:
 - a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês; e,
 - b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do CONCEDENTE para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
5. Devolver à CONCEDENTE, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;
6. Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o

Tesouro do Estado, quando:

- a) Não for executado o objeto deste Convênio;
- b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e,
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

7. Apresentar quando na formalização do ajuste a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

8. Observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- f) Fazer constar das notas fiscais o número do convênio seguido da sigla da Concedente dos recursos financeiros;
- g) Iniciar a execução do Convênio em até trinta dias após o recebimento da primeira parcela ou parcela única, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho.

8.1. No caso de subcontratação ou de contratação de terceiros, a ICTPR compromete-se a exigir a apresentação mensal de certidões de regularidade fiscal dos respectivos prestadores de serviço, devendo apresentá-las à **CONCEDENTE** sempre que instada a tanto.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros, no valor total de R\$ R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) que serão repassados conforme o cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho. As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº. 12.020/1998.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Sexta em favor da ICTPR em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

Parágrafo PRIMEIRO - A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade da ICTPR, tais como Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentre outras que venham a ser exigidas por lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os recursos repassados pela CONCEDENTE sejam insuficientes para consecução do objeto deste Convênio, a complementação poderá ser aportada ao Convênio como contrapartida da ICTPR, devendo ser os respectivos valores depositados e utilizados na mesma conta do Convênio após autorização de ajuste do valor do convênio emanada pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela CONCEDENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja previsão de contrapartida desde o início da execução da presente avença, esta deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela da transferência ou conforme estabelecido no ato da transferência ou no cronograma de desembolso.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES

Fica assegurado à ICTPR o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ICTPR deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes:

- a) a ICTPR concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e

- manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los;
- b) o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
 - c) o coordenador deverá comunicar à ICTPR, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - d) em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à ICTPR e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
 - e) o coordenador deverá informar à ICTPR a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
 - f) a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

CLÁUSULA NONA – BOLSAS

Observados os critérios e procedimentos previstos chamamento público n.º 09/2021, a ICTPR poderá conceder bolsas de estímulo à inovação aos pesquisadores a ela vinculados, bem como a alunos de curso técnico, de graduação, pós-graduação ou pesquisadores integrantes de grupo de pesquisa, desde que a concessão do auxílio esteja prevista no Plano de Trabalho e as atividades subsidiadas não sejam inerentes ao vínculo funcional ou jurídico mantido com a entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores, a periodicidade, duração da bolsa e respectivos beneficiários serão especificados em Termo de Outorga de Bolsa ou instrumento congênera a ser entabulado entre ICTPR e bolsista, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A bolsa de estímulo à inovação caracteriza-se como doação e, como tal, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços ou vantagem para o doador, e não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 16, § 4º da Lei Estadual n. 20.541/21.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A ICTPR deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes. A título de obrigações legais fica estabelecido à CONVENIENTE, dentre outras, conforme previsto na Resolução nº 028/2011 – TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, as de:

1. Prestar Contas dos recursos recebidos por meio do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias-SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, no qual deverá atualizar as informações de sua competência exigidas pelo sistema;
2. Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno da CONCEDENTE, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
3. Atender as recomendações, exigências e determinações do concedente dos

recursos e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo.

4. Movimentar os recursos do convênio em conta específica;
5. Estar ciente de que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará a ICTPR, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
6. Preservar todos os documentos originais relacionados com esse Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos.
7. Submeter-se à regulação instituída pelo CONCEDENTE;
8. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com a CONCEDENTE;
9. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

Parágrafo Único - O não atendimento às condições estabelecidas no neste instrumento, autoriza a denúncia unilateral do pactuado, sem prejuízo da persecução pelo Estado quanto aos prejuízos advindos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

1. A título de vedações legais e contratuais, fica estabelecido que:
 - a) É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares;
 - b) É vedada a realização de despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
 - c) É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
 - d) É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
 - e) É vedado o trespasse, cessão ou a transferência a terceiros da execução desse Convênio, pelo que a contratação de terceiros é restrita e condicionada à execução de atividades materiais não passíveis de execução direta pela ICTPR, observadas as disposições da Lei Estadual 15.608/2005 e o que consta da Cláusula Quarta do presente instrumento;
 - f) É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;
 - g) Não poderão ser pagas com os recursos transferidos, as despesas:
 - i. Com pagamento a qualquer título a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;
 - ii. Relativas as taxas de administração, gerência ou similar;
 - iii. Taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo

- descumprimento de determinações legais ou convenientes;
- iv. Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
 - v. Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LC nº 101/2000.
2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ICTPR, devidamente identificados com o número deste Convênio.
3. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a ICTPR a notificar, de imediato, a CONCEDENTE e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

Dentre outras atribuições legais e contratuais, compete à Fundação Araucária, na fiscalização do presente Convênio PD&I:

- a) Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.
- d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
- f) Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- g) Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- h) Zelar para que o Sistema Integrado de Transferências – SIT do TCE atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do termo de fiscalização;
- i) Zelar pelo cumprimento integral do Convênio;
- j) Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos.
- k) O fiscal do convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convenientes e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário.
- l) Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido.

- m) Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações.
- n) Opinar sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico.
- o) Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente.
- p) Aplicar sanções à ICTPR de acordo com a natureza e gravidade das infrações.
- q) Indicar os funcionários para compor a Comissão de Tomadas de Contas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica indicado como Fiscal do Convênio o Diretor Técnico (Científico) **Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa**, CPF 660.526.459-20, para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, o que será executado juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Controle Interno da Fundação Araucária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete ao Setor de Análise e Prestação de Contas da Fundação Araucária apoiar o Fiscal de Convênio no desempenho de suas atribuições, cabendo-lhe, especificamente:

- a) Processar a Tomada de Contas Especial, cuja instauração dar-se-á por decisão do controle interno da CONCEDENTE.
- b) Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não sendo prestadas as contas devidas pela ICTPR nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete ao Controle Interno da CONCEDENTE, no exercício de sua função institucional, emitir parecer sobre os recursos repassados e a sua utilização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO

O presente Convênio será rescindido em caso de:

1. Em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;
2. Expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;
3. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
4. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
5. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer

documento apresentado;

6. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
7. Demais casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Exceto no caso de rescisão unilateral pela **CONCEDENTE**, deverá ser lavrado “Termo de Rescisão ou Encerramento” com as devidas justificativas administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão unilateral do convênio dar-se-á de ofício e enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, caso se dê em virtude de falha na execução havida por culpa da ICTPR, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os PARTÍCIPES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ICTPR deverá observar, ao longo de toda a vigência deste Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ICTPR deve:

- a) notificar imediatamente a **CONCEDENTE**;
- b) auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;
- e
- c) eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os PARTÍCIPES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os PARTÍCIPES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

PARÁGRAFO QUINTO - A ICTPR deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ICTPR deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A ICTPR deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

PARÁGRAFO OITAVO - Os PARTICÍPES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a transferência de dados pessoais, pela ICTPR, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ICTPR a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A ICTPR responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONCEDENTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONCEDENTE, não exime a ICTPR das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsáveis perante a CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A ICTPR deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por eles indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A ICTPR deve auxiliar a CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Toda criação, invenção ou desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Convênio será de propriedade da ICTPR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ICTPR deve assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos de propriedade intelectual de terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá unicamente à ICTPR praticar os atos necessários ao preparo, arquivamento, depósito, acompanhamento e manutenção do pedido, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou outros órgãos competentes, no Brasil e no exterior, informando a CONCEDENTE dos andamentos correspondentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de exploração comercial dos resultados decorrentes deste Convênio, instrumento jurídico específico deverá garantir a participação dos pesquisadores nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR, observados os critérios estabelecidos em sua Política de Inovação e a participação efetiva de cada um no trabalho que resultou na criação explorada.

PARÁGRAFO QUARTO - As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais relacionados ao presente Convênio deverão mencionar expressamente o apoio recebido da CONCEDENTE, sendo obrigatória a aplicação da logomarca da Fundação Araucária e do Governo do Estado do Paraná/SETI (logomarcas disponíveis no *website* da Fundação Araucária).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Os PARTÍCIPES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira (“Marco Legal Anticorrupção”), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 (“Código Penal Brasileiro”), a Lei Federal nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e a Lei Federal nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os PARTÍCIPES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se privada, a ICTPR declara e garante que:

a) não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus

- representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;
- b) não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;
- c) não ira ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;
- d) não ira receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;
- e) seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informara por escrito a CONCEDENTE, no prazo de 3 (tres) dias uteis, sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ICTPR privada deverá comunicar prontamente a CONCEDENTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICIDADE

A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, _____ de _____ de 20__.

Saete Paulina Machado Sirino
Representante Legal
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ

Ramiro Wahrhaftig
Diretor-Presidente
Fundação Araucária

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças
Fundação Araucária

TESTEMUNHAS:

1: Fernanda C. Scheidt
CPF: 032.950.189-52

2: GISELE RATIGUIERI
CPF: 051.309.089-45



ePROTOCOLO



Documento: **TERMODECONVENIO075.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41, **Saete Paulina Machado Sirino** em 09/05/2022 15:49.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
19c585b51ec0f0daf5a1e223711f6564.

**CHAMADA PÚBLICA Nº 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E
APLICADA**

**ANEXO III - ROTEIRO DESCRITIVO E TERMO DE COMPROMISSO
DO PROJETO (ETAPA III)**

1. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

<i>Título do Projeto</i>	Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.
<i>Instituição/Sigla</i>	Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR
<i>Coordenador</i>	Carlos Alexandre Molena Fernandes
<i>E-mail</i>	carlos.molena@unespar.edu.br / carlosmolena126@gmail.com
<i>Telefones</i>	44 – 99909 - 5863

2. DADOS DA EQUIPE DO PROJETO (COORDENADOR/EQUIPE)

<i>Nome</i>	<i>Função</i>	<i>Instituição</i>
Carlos Alexandre Molena Fernandes	Coordenador	UNESPAR
Suelen Cristina Zandonadi Bernal	Pesquisadora	UEM – Hospital Universitário.
Maria Antonia Ramos Costa	Pesquisadora	UNESPAR
Heloá Costa Borim Christinelli	Pesquisadora	UNESPAR
Dayane Cristine Tino Cordeiro	Colaboradora	Secretaria de Saúde - Prefeitura de Paranavaí
Raquel Tomiazzi Utrila	Colaboradora	Secretaria de Saúde - Prefeitura de Paranavaí
Nelson Nardo Junior	Pesquisador	Docente Departamento de Educação Física - UEM
Greice Westphal	Colaboradora	Núcleo de Estudos Multidisciplinares da Obesidade - UEM
Cremilde Aparecida Trindade Radovanovic	Pesquisadora	Programa de Pós-Graduação em Enfermagem - UEM

1

3. INFORMAÇÕES DO PROJETO

3.1 Título: EFETIVIDADE DE UM PROGRAMA MULTIPROFISSIONAL DE TRATAMENTO DA OBESIDADE NO CONTROLE DA ANSIEDADE E DEPRESSÃO EM PACIENTES ADULTOS ATENDIDOS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

3.2 Justificativa: A obesidade é considerada um agravo à saúde, de caráter multifatorial, pois sua etiologia está relacionada as questões biológicas, históricas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais, políticas e emocionais. Trata-se simultaneamente de uma

doença e de um dos fatores de risco mais importantes para outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) (BRASIL, 2014).

Além disso, a obesidade é fator de risco para as doenças cardiovasculares (DCV), como doenças cardíacas e derrames, que são as principais causas de morte em todo o mundo. O excesso de peso também pode levar ao risco de diabetes e às condições associadas, incluindo cegueira, amputação de membros e necessidade de diálise. Pode ainda causar distúrbios musculoesqueléticos, incluindo osteoartrite. A obesidade também está associada a alguns tipos de câncer, incluindo endometrial, mama, ovário, próstata, fígado, vesícula biliar, rim e cólon. Por fim, e não menos importante, tem sido observado que o excesso de peso corporal também eleva o risco do desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Este risco inclusive se torna mais grave à medida que o IMC aumenta (WHO, 2020).

Não obstante aos efeitos nocivos já mencionados, provocados pela obesidade, é importante ressaltar que o distanciamento social decorrente da pandemia pela COVID-19 refletiu no aumento das taxas de obesidade e de sedentarismo, tornando os indivíduos obesos ainda mais expostos aos riscos de agravamento e letalidade por esta doença, com destaque para o elevado número de pessoas obesas que desencadearam transtornos mentais, como ansiedade e depressão, por exemplo.

2

Podemos afirmar então que a pandemia potencializou o grande desafio que já estava posto, de enfrentamento da epidemia da obesidade no Brasil. Sendo assim, diante dos riscos e consequências causados pela obesidade na saúde física, mental e qualidade de vida desta população, justifica-se a realização de estudo, que permitirá não apenas reconhecer o cenário epidemiológico vivenciado e identificar o impacto desta patologia para o sistema de saúde, mas poderá ainda permitir aos gestores e profissionais de saúde programar as ações direcionadas para o enfrentamento da obesidade.

Considerando ainda que a APS tem maior poder de compreensão da dinâmica social e dos determinantes de saúde de cada território, tornando-se local privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção de saúde, justificamos a escolha das Unidades Básicas de Saúde como cenário de estudo.

3.3 Objetivos:

Geral: Avaliar a efetividade de uma intervenção multiprofissional nos níveis de ansiedade e depressão em adultos obesos assistidos no contexto da APS.

Específicos:

- identificar na literatura estudos que avaliaram a eficácia de intervenções multidisciplinares na redução dos níveis de ansiedade e depressão em adultos com obesidade;
- verificar a correlação entre parâmetros antropométricos e os níveis de ansiedade e depressão em adultos com obesidade.

3.4 Identificação e caracterização do problema: A obesidade é uma condição complexa caracterizada pelo acúmulo anormal e excessivo de gordura corporal, sendo um dos maiores problemas de saúde pública do mundo, provocando graves conseqüências sociais e psicológicas (WHO, 2021).

A obesidade atinge níveis epidêmicos em todo o mundo, efeito chamado de “globesidade”. Em 2019 a freqüência de adultos obesos nas capitais do Brasil foi de 20,3%, sendo semelhante entre homens e mulheres (BRASIL, 2020).

Portanto, está bem estabelecido que obesidade é considerada uma epidemia e atinge 650 milhões de adultos no mundo (WHO, 2020) e se tornou ainda mais evidente com a disseminação global e repentina do novo coronavírus – SARS-Cov-2, representando um dos desafios mais importantes da sociedade e da saúde pública nos tempos modernos (CLEMMENSEN; PETERNSON; SORENSEN, 2020). Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), há evidências emergentes de que condições relacionadas à obesidade pioram os sintomas e a gravidade da COVID-19 (WHO, 2020), sendo necessárias medidas para a prevenção e controle desta enfermidade.

Nesse sentido, é necessário que os serviços de saúde considerem o sofrimento destes indivíduos e realize intervenções para a adoção de hábitos saudáveis, a fim de promover melhorias na saúde destas pessoas e conseqüentemente, reduzir os fatores associados ao excesso de peso nesta população (AMMAR *et al.*, 2020).

Estudos apontam que os indivíduos com obesidade têm um risco aumentado de depressão e ansiedade, bem como problemas de saúde geral (SADEK *et al.*, 2016; HERHAUS *et al.*, 2020), sendo necessárias intervenções que contemplem a saúde mental destas pessoas (FREITAS *et al.*, 2018).

Neste caso, é necessário considerar, além do comprometimento físico, que o sofrimento psíquico está presente como consequência e como causa da obesidade, e o que se constata é uma profunda e estreita relação entre estas duas vertentes, sendo difícil separá-las. Viver com obesidade prejudica a qualidade de vida e aumenta o risco de transtornos psiquiátricos e afetivos e, por outro lado, pacientes com problemas psicológicos podem se tornar obesos como efeito colateral de medicamentos e/ou porque usam a alimentação como estratégia de enfrentamento (VALLIS, 2016).

Portanto, considerando que a obesidade pode predispor o desencadeamento de doenças como a ansiedade e a depressão (SADEK et al., 2016), se faz necessária a implementação de ações para mudanças neste cenário, em especial na atenção primária à saúde (APS).

No Brasil, sabe-se que a Atenção Primária à Saúde tem papel fundamental na gestão do cuidado das pessoas do território adstrito no enfrentamento da obesidade, com a atuação de suas equipes multiprofissionais (BRASIL, 2017). As intervenções multiprofissionais podem ser capazes de produzir melhorias na saúde de pessoas com condições crônicas, quando comparadas aos cuidados habituais (DALY; TIAN; SCRAGG, 2017).

4

Ante o exposto, profissionais de saúde integrantes da equipe multiprofissional da APS devem realizar ações que visem à promoção da saúde das pessoas com obesidade, a fim de reduzir os danos à saúde que estas pessoas estão expostas (BRASIL, 2017). Para isso, podem utilizar instrumentos e ferramentas que permitam a sistematização dos cuidados a partir de referencial teórico que embasem os cuidados prestados. (FERREIRA, 2019).

Convém salientar, que ainda há uma carência de estudos utilizando o tratamento multiprofissional no cuidado a saúde mental de pessoas com obesidade na APS. Portanto, esta pesquisa pretende analisar se o modelo proposto é efetivo na redução dos níveis de ansiedade e depressão de adultos obesos acompanhados pela APS.

3.5 Metodologia: Este estudo será desenvolvido em duas etapas: 1. revisão sistemática da literatura (RSL) e 2. ensaio clínico pragmático (ECP). A RSL, estruturada em etapas responderá à pergunta: Qual a efetividade de intervenções multidisciplinares na redução dos níveis de ansiedade e depressão em adultos com obesidade atendidos pela APS?.

Serão incluídos ensaios clínicos controlados randomizados que tiveram este desfecho, publicados em bases de dados científicas e literatura cinzenta, sem período de limitação. A extração dos dados, seleção e avaliação dos estudos, síntese e avaliação da qualidade das evidências serão realizadas por dois pesquisadores utilizando os parâmetros da JBI (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Serão adotados como critérios de inclusão: ensaios clínicos controlados randomizados (ECCRs) que testaram a eficácia de intervenções multiprofissionais comparada à intervenção inespecífica, tendo como resultado o controle de níveis de ansiedade e depressão e/ou redução de peso em adultos obesos, publicados até dezembro de 2022, em qualquer idioma. Os critérios de exclusão serão editoriais, teses, dissertações, artigos de revisão, os já selecionados na busca em outra base de dados e que não respondam à questão de pesquisa.

Os estudos serão avaliados a partir da lista de avaliação crítica do JBI para ECCR (TUFANARU *et al.*, 2020). O risco de viés será considerado alto quando o estudo obtiver até 49% das respostas classificadas como “sim”; moderado, entre 50% e 69%; e baixo quando atingir mais de 70% (GOIS *et al.*, 2020).

Os resultados serão discutidos, comparados e contrastados com o que já era conhecido de outras fontes, além da revisão; serão mencionadas literaturas externas adicionais para facilitar a compreensão e o posicionamento dos resultados da revisão em um contexto mais amplo de pesquisa e prática (TUFANARU *et al.*, 2020). Além disso, será discutida a aplicabilidade dos resultados dos estudos na área da saúde. Por fim, será elaborado um relatório com a descrição das etapas percorridas e as principais evidências obtidas pela análise dos estudos incluídos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O ECP seguirá recomendações CONSORT para ECP (FRANCO; PÉREZ; GOMES, 2021), será realizado na APS do município de Paranavaí, com a participação 80 adultos obesos com idade entre 18 e 59 anos, residentes no município e serão excluídos os que foram submetidos à cirurgia bariátrica prévia, que apresentarem condições físicas instáveis e disfunção física grave.

O estudo será inicialmente divulgado por meio das redes sociais, mídias impressas e faladas, UNESPAR e unidades básicas de saúde (UBS) de Paranavaí, durante os meses de Março, Abril e Maio de 2022. Na divulgação serão informados os telefones, *e-mail*, *site* e endereço do Centro de Pesquisa UNESPAR. E os interessados serão informados sobre a triagem inicial para avaliação dos participantes do estudo, que

será realizada no mês de Junho 2022.

Os pacientes selecionados na triagem serão randomizados e alocados aleatoriamente em 2 grupos: Grupo Controle (GC), que participará do programa convencional de Tratamento de Obesidade que já vem sendo oferecido pelo município e o Grupo Intervenção (GI), que participará do Programa Multiprofissional de Tratamento da Obesidade (PMTO) associado a uma intervenção remota, realizada por profissionais da saúde, durante o período de 16 semanas. A intervenção ocorrerá no período de Agosto a Dezembro de 2022.

O PMTO será formado por profissionais de medicina, educação física, nutrição, enfermagem e psicologia, com base na terapia cognitivo-comportamental (BIM et al., 2021; NARDO JUNIOR et al., 2016). Este modelo de PMTO tem sido implementado desde 2005 no Município de Maringá, com o objetivo principal de contribuir com mudanças positivas em variáveis da composição corporal e promoção da saúde mental, a partir do incentivo e prática de atividade física e orientação de hábitos saudáveis relacionados à alimentação (BIM et al., 2021; CASTILHO et al., 2021; WESTPHAL et al., 2021; NARDO JUNIOR et al., 2016).

Para este estudo, será realizado um recorte do projeto multicêntrico entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) por meio do Núcleo de Estudos Multiprofissional da Obesidade (NEMO/HUM/UEM) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – *Campus* de Paranavaí, intitulado “Eficácia de um programa multiprofissional na avaliação de fatores de risco cardiometabólico e tratamento da obesidade abdominal em dois municípios do noroeste do Paraná”.

6

Além da intervenção presencial preconizada pelo PMTO, será utilizada também uma intervenção remota, por meio do aplicativo *WhatsApp*®. Nesta abordagem, os profissionais de educação física gravarão vídeos com orientações e exemplos de atividade física aeróbica de intensidade moderada/intensa, com duração de uma hora, para que o GI possa realizar estas atividades além das atividades presenciais. Estes vídeos serão enviados em dias fixos, duas vezes por semana (terças e quintas), em horário a ser pré-definido com os participantes.

O psicólogo enviará orientações semanais por meio de vídeos, textos e áudios sobre os seguintes temas: reconhecimento corporal, percepção, estabelecimento de metas, expectativas, autoestima, amor próprio, autoconhecimento e autoavaliação, o processo de mudança, motivações, emoções e hábitos alimentares, ansiedade, depressão,

reconhecimento das emoções, comer emocional e indústria alimentar.

As orientações do profissional nutricionista serão sobre os seguintes temas: estabelecimento de metas e inquéritos nutricionais, alimentação adequada e saudável, planejamento alimentar, fome e saciedade, comer com atenção plena, grupos alimentares e funções dos nutrientes, planejamento de cardápio, rótulos de alimentos e dietas da moda, alimentos funcionais, comorbidades associadas ao excesso de peso e obesidade, vivência nutricional (por meio de postagem das refeições dos participantes no grupo de *WhatsApp*®), lidando com as situações cotidianas e como continuar a alimentação saudável após o PMTO.

A abordagem remota associada ao PMTO tem o intuito de vincular os participantes aos profissionais da equipe de saúde, além de realizar orientações com foco na educação em saúde, otimizando os resultados previstos com a intervenção presencial.

O protocolo do PMTO terá duração de 16 semanas, será realizado de forma presencial e contará com uma equipe multiprofissional composta por educadores físicos, nutricionistas, psicóloga, enfermeiras e médico. Em cada semana serão realizados 3 encontros com duas horas de duração cada, onde na primeira hora, serão feitas as intervenções teóricas, ou da educação física, ou da nutrição, ou da psicologia; e na segunda hora, serão aplicadas as séries de exercício físico. Baseado na terapia cognitivo comportamental (COOPER; FAIRBURN; HAWKER, 2003), o programa terá como foco, contribuir com o processo de mudança dos comportamentos alimentares e de prática de atividade física, que oferecem riscos à saúde de adultos com excesso de peso.

7

Intervenções com Educadores Físicos - Os profissionais da educação física realizarão uma palestra semanal, a fim de viabilizar informações e esclarecimentos sobre a prática da atividade física e seus benefícios, bem como, estimular a mesma no cotidiano. Além disso, juntamente com acadêmicos estagiários do curso de educação física, coordenarão e aplicarão os exercícios físicos nos encontros semanais. Os exercícios físicos aplicados contemplarão os exercícios resistidos para grupos musculares localizados, por exemplo, abdominais, flexões de braço, agachamentos, exercícios com tensor elástico e aparelhos de musculação; e exercícios de predominância aeróbia, como caminhada, corrida e esportes coletivos.

Intervenções com Nutricionistas - As nutricionistas serão responsáveis por conduzir parte de um dos encontros, orientando e esclarecendo sobre os aspectos alimentares, abordando temas como a pirâmide alimentar, a densidade energética dos alimentos, a importância dos macro e micronutrientes e sua relação com a saúde e a composição nutricional dos alimentos.

Intervenções com a Psicóloga - Baseadas na terapia cognitivo-comportamental, uma psicóloga conduzirá parte de um dos encontros tratando temas como o estabelecimento de metas, a auto-observação dos comportamentos e consequências, a discriminação de sensações e análise de sentimentos, e a imagem corporal. Além disso, serão trabalhadas a ampliação do autoconhecimento, a análise dos eventos internos e suas consequências, os aspectos relacionados à automotivação e autocontrole, e os relacionamentos interpessoais.

Intervenção com o Médico - O médico agendará com cada participante, uma consulta com o intuito de investigar a causa e histórico do excesso de peso, e identificar e diagnosticar possíveis patologias que poderão interferir nos resultados do tratamento.

Antes e após a intervenção, serão coletadas as seguintes variáveis:

Avaliação Antropométrica - Os participantes serão submetidos a uma bateria de avaliações, as quais incluirão a medida do peso (balança da marca Welmy com precisão de 0,05kg e capacidade para medir até 300kg), altura (estadiômetro de parede com precisão de 0,1cm da marca Sanny (ES 2030) com campo de uso de 0,80m a 2,20m.), circunferência de cintura e quadril (fita não extensível de marca WISO com capacidade para medir até 2 metros e precisão de 0,1cm) e o Índice de Massa Corporal (IMC) será calculado a partir da divisão do peso corporal pelo quadrado da altura ($IMC = \text{peso corporal}/\text{altura}^2$).

Composição Corporal - A composição corporal será avaliada por bioimpedância tetrapolar com ângulo de fase.

Aferição da Pressão Sanguínea - Aferição da pressão arterial será feita com um esfigmomanômetro automático (Microlife, Aargau, Suíça), seguindo recomendações da Sociedade Brasileira de Cardiologia (2005).

Avaliação da Qualidade de Vida - A qualidade de vida será avaliada por meio do da versão brasileira do questionário de qualidade de vida - SF-36.

Nível de Atividade Física e Hábitos Alimentares – Serão determinados a partir do registro de atividade física, por pedômetro, e registro do consumo alimentar de 24 horas.

Avaliação da Capacidade Cardiorrespiratória - O consumo máximo de oxigênio (VO₂max) será determinado indiretamente com o teste de ir e vir em 20m de Léger (LÉGER; LAMBERT, 1982; LÉGER et al., 1988).

Avaliação da Força Muscular - A força será realizada por meio de teste de dinamômetro manual (GRIP D – TTK 5410, Takei Scientific Instruments CO. LTDA, Japão).

Avaliação da Flexibilidade - A flexibilidade, coxo-femural, será avaliada através do teste do banco de Wells.

Avaliação da Resistência Muscular Localizada - A resistência muscular localizada, abdominal, será avaliada por meio do Sit-up test.

Avaliação dos Transtornos mentais: Os níveis de ansiedade e depressão dos participantes serão avaliados antes e após a intervenção, por meio da escala *Hospital Anxiety and Depression* (HAD) (BECEIRO, 2020).

9

Os resultados serão apresentados através da mediana, média e porcentagem e analisados pelos testes *t* independentes e testes de ANOVA para medidas repetidas. A relevância será determinada pelo valor de P menor que 0,05.

3.6 Resultados esperados: Com o presente estudo espera-se que os pacientes obesos que receberem a intervenção multiprofissional consigam reduzir os sintomas de ansiedade e depressão e melhorar os parâmetros antropométricos (peso, IMC e percentual de gordura). Além disso, a partir dos resultados encontrados, esperamos demonstrar que o programa multiprofissional de tratamento da obesidade proposto pode ser eficaz na redução do peso e controle da ansiedade e depressão de adultos atendidos na APS, estabelecendo, desta forma, subsídios para as políticas de saúde relacionadas ao enfrentamento da obesidade.

3.7 Aspectos éticos e de biossegurança (quando aplicável): Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, serão respeitados todos os preceitos éticos e

legais regulamentados pela Resolução nº466/2012 do CNS – MS.

3.8 Referências Bibliográficas (listar as principais):

AMMAR, A.; MUELLER, P.; TRABELSI, K. *et al.* Psychological consequences of COVID-19 home confinement: The ECLB-COVID19 multicenter study. **PLoS One**. v. 15, n. 11, 2020: e0240204. doi: 10.1371/journal.pone.0240204. PMID: 33152030; PMCID: PMC7643949.

BECEIRO M.F. et al. Estratégias de enfrentamento, ansiedade, depressão e qualidade de vida pré e pós cirurgia bariátrica. **Arquivos de Ciências da Saúde**, Brasil, v. 27, n. 1, p. 6-10, nov. 2020. Disponível em: <<https://www.cienciasdasaude.famerp.br/index.php/racs/article/view/1326>>. Acesso em: 25 de jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 62, de 06 de janeiro de 2017**. Diário Oficial da União, 2017. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-62-de-6-de-janeiro-de-2017-20576312>>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Vigitel Brasil 2019**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2019. [Internet] 2020. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvsmis/publicacoes/vigitel_brasil_2019_vigilancia_fatores_risco.pdf>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: Norma Técnica do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Brasília, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Departamento de Atenção Básica**. Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: obesidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. COVID no Brasil. 2021. Disponível em: <https://susanalitico.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html>. Acesso em 11 ago. 2020.

DALY B, TIAN C.J.L, SCRAGG R.K.R. **Effect of nurse-led randomised control trials on cardiovascular risk factors and HbA1c in diabetes patients**: A meta-analysis. *Diabetes Res Clin Pract*. Irlanda, 2017 Sep; 131:187-199. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28756133/>>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

DOORENBOS A.Z, KATO Y. **Pragmatic clinical trials: Increasing the rate of translating nursing research into practice**. *Jpn J Nurs Sci*. Japão, 2020 Jul; 17(3):e12350. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32476274/>>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

FREITAS P.D, SILVA A.G, FERREIRA P.G, SILVA A, SALGE J.M, CARVALHO-PINTO R.M, CUKIER A, BRITO C.M, MANCINI M.C, CARVALHO C.R.F. Exercise Improves Physical Activity and Comorbidities in Obese Adults with Asthma. **Med Sci Sports Exerc**. Estados

Unidos, 2018 Jul; 50(7):1367-1376. Disponível em:
<<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29432326/>>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

FERREIRA, L.E. **Construção e validação de um instrumento para a consulta de enfermagem no período pré-operatório de cirurgia bariátrica.** Dissertação (Mestrado Profissional) Universidade Federal de Santa Catarina, p. 148, 2019.

FRANCO, M. M.; PÉREZ, A.R.N.; GÓMEZ, J.H.D. Tipos de ensaios clínicos randomizados publicados no PubMed por 40 anos. **Acta Médica Colombiana.** Colômbia, v. 46, n. 2, 2021. Disponível em:
<<http://actamedicacolombiana.com/ojs/index.php/actamed/article/view/1884>> Acesso em: 19 de jul. de 2021.

GALVÃO, M.C.B.; RICARTE, I.L.M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, Brasil, v. 6, n. 1, p. 57–73, 2019. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>> Acesso em: 19 jul. de 2021.

HERHAUS B, KERSTING A, BRÄHLER E, PETROWSKI K. Depression, anxiety and health status across different BMI classes: A representative study in Germany. **J Affect Disord.** Países baixos, 2020 Nov 1; 276:45-52. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32697715/>>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

NARDO JUNIOR, N.; BOLOGNESE, M. A.; BIANCHINI, J. A. A. *et al.* Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade em adolescentes: impacto sobre transtorno de compulsão alimentar periódica. **Segur. Aliment. Nutr.** v. 23, n. 1, p. 807-15, 2016. Disponível em:
<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8635622>> Acesso em: 26 mai. 2021.

11

SADEK, H.A.A. et al. The relationship between the BMI and the emotional status of Alexandria University students, Egypt. **J Egypt Public Health Assoc.** Estados Unidos, v. 91, n.3, p.101-108, 2016. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27749640/>>. Acesso em: 23 de jul. de 2021.

TUFANARU, C.; MUNN, Z.; AROMATARIS, E. et al. Chapter 3: Systematic reviews of effectiveness. In: Aromataris, E.; Munn, Z. (Editors). **JBI Manual for Evidence Synthesis.** 2020. Available from:
<https://synthesismanual.jbi.global>. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>. Cited: jul 7 2020.

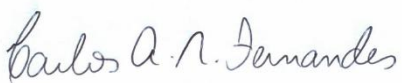

VALLIS, M. Quality of life and psychological well-being in obesity management: improving the odds of success by managing distress. **The International Journal of Clinical Practice.**v. 70, n. 3, p. 196-205, 2016. Disponível em:
<<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/ijcp.12765>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Obesity.** 2021. Disponível em:
<<https://www.who.int/news-room/facts-in-pictures/detail/6-facts-on-obesity>> Acesso em: 19 de jul. de 2021.

3.9 Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa e/ou empresas na área, quando houver.

Para realização deste estudo contamos com a parceria da Prefeitura municipal de Paranavaí, por meio das secretarias de saúde e esportes. E, contamos também com apoio de grupo de pesquisa NEMO (Núcleo de estudos multidisciplinares da obesidade) da Universidade Estadual de Maringá.

4. TERMO DE COMPROMISSO

<p>Declaro expressamente conhecer e concordar, para todos os efeitos legais, com as normas gerais para concessão de auxílio pela FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA.</p> 	<p>Declaro que o presente projeto está de acordo com os objetivos científicos e tecnológicos desta Instituição.</p>  <u>Salete Paulina Machado Sirino</u> Reitora da Unespar
<p>Coordenador do projeto Carlos Alexandre Molena Fernandes</p>	<p>Salete Paulina Machado Sirino Reitora da Universidade Estadual do Paraná (Nome, assinatura e carimbo)</p>

12

Paranavaí, 01 de Fevereiro de 2022.



ePROCOLO



Documento: **PROJETO.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Carlos Alexandre Molena Fernandes** em 09/05/2022 11:45.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 09/05/2022 11:06.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8112b1dd3f1de186cf4444ba721b0115.

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0381-6 - PARANAVALI (PR), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0381-64, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Poupex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Poupex, doravante denominada **Poupex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: **EMPRESA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA**, CNPJ n.º 05.012.896/0001-42, ENSINO SUPERIOR, sediada à AV LOTHARIO MEISSNER 350 , ANEXO SECRETARIA DE SAUDE, CEP 80.210-170, telefone(s) (44) 3424-0114.

Dirigente(s)

Nome	CPF
MARCIA APARECIDA ALTHMANN CEZAR	670.402.929-04
SALETE PAULINA MACHADO SIRINO	513.131.549-20
PRISCILA DE SOUSA PACHECO	045.150.289-28

Dados da conta

Agência 0381-6, Conta-Corrente n.º 79.083-4, Poupança Ouro n.º 510.079.083-7 e Poupança Poupex n.º 960.079.083-9 abertas em 27/04/2022.

Declarações e autorizações

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante



requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações sobre o tratamento de seus dados pessoais, na forma estabelecida na LGPD.

Os dados pessoais fornecidos pelo(s) **Dirigente(s)** às empresas que atuam como Correspondente Bancário do BANCO DO BRASIL S.A. ou por este contratadas/conveniadas terão o tratamento de acordo com as determinações da LGPD e serão encaminhados ao BANCO DO BRASIL, para possibilitar as tratativas necessárias à abertura de conta decorrente desta Proposta/Contrato.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que as informações acerca das atividades de tratamento de dados pessoais pelo BANCO DO BRASIL S.A. e a forma de requerer o acesso aos direitos encontram-se declaradas em sua Política de Privacidade, cujo inteiro teor está disponível no site bb.com.br/privacidade.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(am) estar ciente(s) ainda que o BANCO DO BRASIL S.A., mesmo depois de encerrado a(o) presente Proposta/Contrato, manterá seus dados pessoais arquivados para o cumprimento de obrigação legal e regulatória, sob estreita proteção e segurança de acessos.

O **Proponente/Contratante** identificado propõe e o **Contratado ACEITA** a abertura de conta(s)-corrente(s) e/ou conta(s) de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente e de pleno acordo com as disposições contidas nas Cláusulas Gerais do Contrato de Conta-Corrente e Conta de Poupança Ouro e/ou Poupança Pouplex, registrado no Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da cidade de Brasília (DF), sob o microfilme n.º 994.149 em 20/10/2021, que integram este contrato, e também, com as Informações essenciais - Conta-corrente e conta-poupança, formando um documento único e indivisível, cuja cópia foi previamente disponibilizada ao **Proponente/Contratante** por meio de e-mail ou via física e, a partir do ato da assinatura deste instrumento, estará disponível para consulta, a qualquer tempo, no sítio do Banco do Brasil na internet (www.bb.com.br), na opção autoatendimento, e/ou no aplicativo do Banco do Brasil no celular.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que os saldos devedores na(s) conta(s)-corrente(s) ora aberta(s) e que não forem pagos nos respectivos vencimentos poderão ser automaticamente compensados com créditos existentes em outras contas-correntes ou aplicações financeiras de que o **Proponente/Contratante** seja titular no Banco do Brasil, mediante débito nas contas respectivas, o que desde já autoriza.

O **Proponente/Contratante declara-se** ciente de que as dívidas líquidas que não forem pagas no vencimento e que tenham como credor o Banco do Brasil, em quaisquer de suas agências, serão compensadas com os créditos existentes na(s) conta(s)-corrente(s) e/ou na(s) conta(s) de Poupança Ouro e/ou Pouplex ora aberta(s), mediante débito em conta, o que desde já autoriza.

O acolhimento desta Proposta/Contrato não implica em aceitação da proposta por parte do Banco do Brasil S.A., estando tal aceitação condicionada à assinatura de funcionário do Banco do Brasil S.A. e a eventual aprovação do limite de crédito.

Para **informações, sugestões, reclamações ou quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários** a respeito desta Proposta/Contrato, o Contratado coloca à disposição do **Proponente/Contratante** os telefones da Central de Relacionamento do Banco do Brasil - CRBB 4004-0001* ou 0800-729-0001, Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC 0800-729-0722, para



Deficientes Auditivos 0800-729-0088, Suporte Técnico Pessoa Física 0800-729-0200, Suporte Técnico Pessoa Jurídica 3003-0500* ou 0800-729-0500. Caso o **Proponente/Contratante** considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: bb.com.br/privacidade.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

PARANAÍ (PR), 27/04/2022

Contratado



Proponente/Contratante

Razão Social: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

CNPJ: 05.012.896/0001-42





ePROTOCOLO



Documento: **CONTABANCARIA.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
33dde355325c119a37e511aa1e172f5e.



Tribunal de Contas do Estado do Paraná

Certidão Liberatória

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

CNPJ Nº: 05.012.896/0001-42

FINALIDADE DA CERTIDÃO: RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS, MEDIANTE CONVÊNIO, TERMO DE PARCERIA, CONTRATO DE GESTÃO OU INSTRUMENTO CONGÊNERE

É **CERTIFICADO**, NA FORMA DO ART. 95, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 113, DE 15/12/2005, E DOS ARTS. 289 E SEQUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS, QUE O **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ** ESTÁ EM SITUAÇÃO **REGULAR** PARA RECEBIMENTO DE RECURSOS PÚBLICOS.

VALIDADE: CERTIDÃO VÁLIDA ATÉ O DIA 07/06/2022, MEDIANTE AUTENTICAÇÃO VIA INTERNET EM WWW.TCE.PR.GOV.BR.

CERTIDÃO EXPEDIDA COM BASE NA INSTRUÇÃO NORMATIVA 68/2012.



Tribunal de Contas do Estado do
Paraná

Código de controle **7483.YWVU.2084**
Emitida em **08/04/2022** às **13:38:07**

Dados transmitidos de forma segura.



ePROTOCOLO



Documento: **4CERTIDAOTCEPR07.06.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ad8626403c861fe36ba661dc01d814ce.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
CNPJ: 05.012.896/0001-42

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 13:48:59 do dia 06/01/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/07/2022.

Código de controle da certidão: **264D.ACCB.8B58.0FFD**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



ePROCOLO



Documento: **5CERTIDAOFEDERAL05.07.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
c99c6053f036ce93bf44c88e02cd8032.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 05.012.896/0001-42
Certidão nº: 3586210/2022
Expedição: 28/01/2022, às 14:31:58
Validade: 26/07/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **05.012.896/0001-42**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



ePROCOLO



Documento: **6CERTIDAOTRABALHISTAS27.07.22.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
f61a71ac2aed94066e014f7de89f233.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 026011480-90

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **05.012.896/0001-42**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 28/05/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



ePROCOLO



Documento: **1CERTIDAOESTADUAL28.06.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
f761477d9865266d76a90ae7da521b6f.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CNPJ: 05012896000142

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Imóvel: 55283 - Inscrição: 01.06.302.0350.001.000 - Lote 01-B - Quadra 0009 - Matrícula 47704
Endereço: ANGELA BORSATO MONTAGNOLE - Bairro RESIDENCIAL CAMPESTRE - Compl. AREA INSTITUCIONAL 01-B - CEP 87.703-785

Código de Controle

CWKKBUOJK43NB5X1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<http://www.paranavai.pr.gov.br>

Paranavai (PR), 10 de Fevereiro de 2022



ePROCOLO



Documento: **2CERTIDAMUNICIPAL11.05.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
bf46418ecefcd75d09dfac709f49b993.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 05.012.896/0001-42

Razão Social: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA

Endereço: URBA RUA PROF RODRIGO 232 / CENTRO / JACAREZINHO / PR / 86400-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 25/04/2022 a 24/05/2022

Certificação Número: 2022042501072423445146

Informação obtida em 09/05/2022 10:27:13

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



ePROCOLO



Documento: **3CERTIDAOFGTS24.05.22.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
b3291cccd6d0341624212ca87197cced.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
SETOR DE CONVENIOS

Protocolo: 18.944.383-8
Assunto: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 10/05/2022 16:06

DESPACHO

Anexar plano de trabalho gerado no Sparkx.

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

IDENTIFICAÇÃO DO EVENTO**• NOME DO EVENTO**

Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.

• INSTITUIÇÃO RESPONSÁVEL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ (UNESPAR)

05.012.896/0001-42

Representante legal: Salete Paulina Machado Sirino

Natureza Jurídica: Estado ou Distrito Federal

Proponente

• INSTITUIÇÃO COLABORADORA

*Esse campo não é obrigatório.

Não informado

• COORDENADOR(A)**Nome:** Carlos Alexandre Molena Fernandes**CPF:** 006.209.189-18**E-mail:** carlos.molena@unespar.edu.br**Instituição de vínculo:** 05.012.896/0001-42 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ**Nível formação:** Doutorado**Função:** Coordenador**Atividades desempenhadas:** Supervisão do projeto

Contato com as instituições

Capacitação da equipe de avaliação

Correção dos manuscritos e resumos

Acompanhamento da intervenção

Horas dedicadas: Dedicará 04:00h mensais ao projeto durante 24 meses**• PERÍODO DE REALIZAÇÃO**

Não informado

• LOCAL/CIDADE DE REALIZAÇÃO

Paranavaí

• CATEGORIA DO EVENTO

Não informado

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

EQUIPE**• EQUIPE ENVOLVIDA**

*Esse campo não é obrigatório.

Nome: CREMILDE APARECIDA TRINDADE RADOVANOVIC
CPF: 793.535.849-49
E-mail: kikanovic2010@hotmail.com
Instituição de vínculo: Não constituída
Nível formação: Doutorado
Função: Pesquisador
Atividades desempenhadas: Supervisão da revisão sistemática;
Correção dos resumos e artigos.
Horas dedicadas: Dedicará 02:00h mensais ao projeto durante 24 meses

Nome: Suelen Cristina Zandonadi Bernal
CPF: 055.285.979-60
E-mail: suelenbernal_85@hotmail.com
Instituição de vínculo: Não constituída
Nível formação: Mestrado
Função: Auxiliar
Atividades desempenhadas: Auxiliar na revisão sistemática;
Coleta de dados;
Redação resumos e artigos;
Auxiliar na intervenção.
Horas dedicadas: Dedicará 04:00h mensais ao projeto durante 18 meses

Nome: HELOA COSTA BORIM CHSRITINELLI
CPF: 067.246.939-18
E-mail: heloaborim@hotmail.com
Instituição de vínculo: 05.012.896/0001-42 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Nível formação: Doutorado
Função: Pesquisador
Atividades desempenhadas: Coordenar a revisão sistemática;
Auxiliar na coleta de dados;
Tabulação de dados;
Redação de resumos e artigos.
Horas dedicadas: Dedicará 06:00h mensais ao projeto durante 24 meses

Nome: Dayane Cristine Tino Cordeiro
CPF: 039.104.609-84
E-mail: daycordeiro5@hotmail.com
Instituição de vínculo: Não constituída
Nível formação: Mestrado
Função: Auxiliar
Atividades desempenhadas: Executar a intervenção;
Acompanhar as equipes nas unidades de saúde.
Horas dedicadas: Dedicará 04:00h mensais ao projeto durante 12 meses

Nome: Raquel Tomiazzi Utrila

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

CPF: 732.696.461-00
E-mail: raqueltomiazzi@hotmail.com
Instituição de vínculo: Não constituída
Nível formação: Mestrado
Função: Auxiliar
Atividades desempenhadas: Execução da intervenção
Apoio a revisão sistemática
Horas dedicadas: Dedicará 08:00h mensais ao projeto durante 12 meses

Nome: Greice Westphal
CPF: 072.853.939-08
E-mail: greicewes@gmail.com
Instituição de vínculo: Não constituída
Nível formação: Doutorado
Função: Pesquisador
Atividades desempenhadas: Capacitação da equipe; Análise estatística dos dados
Horas dedicadas: Dedicará 04:00h mensais ao projeto durante 18 meses

Nome: Maria Antonia Ramos Costa
CPF: 632.740.789-72
E-mail: maria.costa@unespar.edu.br
Instituição de vínculo: 05.012.896/0001-42 - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Nível formação: Doutorado
Função: Pesquisador
Atividades desempenhadas: Auxiliar a revisão sistemática
Organizar a coleta de dados
Contato com a prefeitura
Horas dedicadas: Dedicará 04:00h mensais ao projeto durante 18 meses

Nome: Nelson Nardo Junior
CPF: 062.055.328-67
E-mail: mnjunior@uem.br
Instituição de vínculo: Não constituída
Nível formação: Doutorado
Função: Pesquisador
Atividades desempenhadas: Supervisão da intervenção da equipe de avaliação
Capacitação de artigos e resumos
Horas dedicadas: Dedicará 02:00h mensais ao projeto durante 18 meses

DETALHES DO EVENTO**• ÁREA DE CONHECIMENTO**

*Os itens em negrito são os selecionados.

- Ciências da Saúde
- Educação Física

Predominante

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

• PÚBLICO ALVO

Não informado

• HISTÓRICO DO EVENTO

A obesidade é considerada um agravo à saúde, de caráter multifatorial, pois sua etiologia está relacionada as questões biológicas, históricas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais, políticas e emocionais. Trata-se simultaneamente de uma doença e de um dos fatores de risco mais importantes para outras doenças crônicas não transmissíveis.

Além disso, a obesidade é fator de risco para as doenças cardiovasculares (DCV), como doenças cardíacas e derrames, que são as principais causas de morte em todo o mundo. A obesidade também está associada a alguns tipos de câncer, incluindo endometrial, mama, ovário, próstata, fígado, vesícula biliar, rim e cólon. Por fim, e não menos importante, tem sido observado que o excesso de peso corporal também eleva o risco do desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Este risco inclusive se torna mais grave à medida que o IMC aumenta. Não obstante aos efeitos nocivos já mencionados, provocados pela obesidade, é importante ressaltar que o distanciamento social decorrente da pandemia pela COVID-19 refletiu no aumento das taxas de obesidade e de sedentarismo, tornando os indivíduos obesos ainda mais expostos aos riscos de agravamento e letalidade por esta doença, com destaque para o elevado número de pessoas obesas que desencadearam transtornos mentais, como ansiedade e depressão, por exemplo. Podemos afirmar então que a pandemia potencializou o grande desafio que já estava posto, de enfrentamento da epidemia da obesidade no Brasil. Sendo assim, diante dos riscos e consequências causados pela obesidade na saúde física, mental e qualidade de vida desta população, justifica-se a realização de estudo, que permitirá não apenas reconhecer o cenário epidemiológico vivenciado e identificar o impacto desta patologia para o sistema de saúde, mas poderá ainda permitir aos gestores e profissionais de saúde programar as ações direcionadas para o enfrentamento da obesidade. Portanto, o objetivo geral deste projeto será avaliar a efetividade de uma intervenção multiprofissional nos níveis de ansiedade e depressão em adultos obesos assistidos no contexto da Atenção primária a saúde (APS). Para realização deste estudo contamos com a parceria da Prefeitura municipal de Paranavaí, por meio das secretarias de saúde e esportes. E, contamos também com apoio de grupo de pesquisa NEMO (Núcleo de estudos multidisciplinares da obesidade) da Universidade Estadual de Maringá. Com o presente projeto espera-se que os pacientes obesos que receberem a intervenção multiprofissional consigam reduzir os sintomas de ansiedade e depressão e melhorar os parâmetros antropométricos (peso, IMC e percentual de gordura). Além disso, a partir dos resultados encontrados, esperamos demonstrar que o programa multiprofissional de tratamento da obesidade proposto pode ser eficaz na redução do peso e controle da ansiedade e depressão de adultos atendidos na APS, estabelecendo, desta forma, subsídios para as políticas de saúde relacionadas ao enfrentamento da obesidade.

• JUSTIFICATIVA

A obesidade é considerada um agravo à saúde, de caráter multifatorial, pois sua etiologia está relacionada as questões biológicas, históricas, ecológicas, econômicas, sociais, culturais, políticas e emocionais. Trata-se simultaneamente de uma doença e de um dos fatores de risco mais importantes para outras doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) (BRASIL, 2014).

Além disso, a obesidade é fator de risco para as doenças cardiovasculares (DCV), como

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.****Carlos Alexandre Molena Fernandes** - carlos.molena@unespar.edu.br

doenças cardíacas e derrames, que são as principais causas de morte em todo o mundo. O excesso de peso também pode levar ao risco de diabetes e às condições associadas, incluindo cegueira, amputação de membros e necessidade de diálise. Pode ainda causar distúrbios musculoesqueléticos, incluindo osteoartrite. A obesidade também está associada a alguns tipos de câncer, incluindo endometrial, mama, ovário, próstata, fígado, vesícula biliar, rim e cólon. Por fim, e não menos importante, tem sido observado que o excesso de peso corporal também eleva o risco do desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Este risco inclusive se torna mais grave à medida que o IMC aumenta (WHO, 2020).

Não obstante aos efeitos nocivos já mencionados, provocados pela obesidade, é importante ressaltar que o distanciamento social decorrente da pandemia pela COVID-19 refletiu no aumento das taxas de obesidade e de sedentarismo, tornando os indivíduos obesos ainda mais expostos aos riscos de agravamento e letalidade por esta doença, com destaque para o elevado número de pessoas obesas que desencadearam transtornos mentais, como ansiedade e depressão, por exemplo.

Podemos afirmar então que a pandemia potencializou o grande desafio que já estava posto, de enfrentamento da epidemia da obesidade no Brasil. Sendo assim, diante dos riscos e consequências causados pela obesidade na saúde física, mental e qualidade de vida desta população, justifica-se a realização de estudo, que permitirá não apenas reconhecer o cenário epidemiológico vivenciado e identificar o impacto desta patologia para o sistema de saúde, mas poderá ainda permitir aos gestores e profissionais de saúde programar as ações direcionadas para o enfrentamento da obesidade.

Considerando ainda que a APS tem maior poder de compreensão da dinâmica social e dos determinantes de saúde de cada território, tornando-se local privilegiado para o desenvolvimento de ações de promoção de saúde, justificamos a escolha das Unidades Básicas de Saúde como cenário de estudo.

PROGRAMAÇÃO

• PROGRAMAÇÃO PRELIMINAR

Este estudo será desenvolvido em duas etapas: 1. revisão sistemática da literatura (RSL) e 2. ensaio clínico pragmático (ECP). A RSL, estruturada em etapas responderá à pergunta: Qual a efetividade de intervenções multidisciplinares na redução dos níveis de ansiedade e depressão em adultos com obesidade atendidos pela APS?. Serão incluídos ensaios clínicos controlados randomizados que tiveram este desfecho, publicados em bases de dados científicas e literatura cinzenta, sem período de limitação. A extração dos dados, seleção e avaliação dos estudos, síntese e avaliação da qualidade das evidências serão realizadas por dois pesquisadores utilizando os parâmetros da JBI (GALVÃO; RICARTE, 2019).

Serão adotados como critérios de inclusão: ensaios clínicos controlados randomizados (ECCRs) que testaram a eficácia de intervenções multiprofissionais comparada à intervenção inespecífica, tendo como resultado o controle de níveis de ansiedade e depressão e/ou redução de peso em adultos obesos, publicados até dezembro de 2022, em qualquer idioma. Os critérios de exclusão serão editoriais, teses, dissertações, artigos de revisão, os já selecionados na busca em outra base de dados e que não respondam à questão de pesquisa.

Os estudos serão avaliados a partir da lista de avaliação crítica do JBI para ECCR

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**Carlos Alexandre Molena Fernandes** - carlos.molena@unespar.edu.br

(TUFANARU et al., 2020). O risco de viés será considerado alto quando o estudo obtiver até 49% das respostas classificadas como “sim”; moderado, entre 50% e 69%; e baixo quando atingir mais de 70% (GOIS et al., 2020). Os resultados serão discutidos, comparados e contrastados com o que já era conhecido de outras fontes, além da revisão; serão mencionadas literaturas externas adicionais para facilitar a compreensão e o posicionamento dos resultados da revisão em um contexto mais amplo de pesquisa e prática (TUFANARU et al., 2020). Além disso, será discutida a aplicabilidade dos resultados dos estudos na área da saúde. Por fim, será elaborado um relatório com a descrição das etapas percorridas e as principais evidências obtidas pela análise dos estudos incluídos (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

O ECP seguirá recomendações CONSORT para ECP (FRANCO; PÉREZ; GOMES, 2021), será realizado na APS do município de Paranavaí, com a participação 80 adultos obesos com idade entre 18 e 59 anos, residentes no município e serão excluídos os que foram submetidos à cirurgia bariátrica prévia, que apresentarem condições físicas instáveis e disfunção física grave.

Os pacientes selecionados na triagem serão randomizados e alocados aleatoriamente em 2 grupos: Grupo Controle (GC), que participará do programa convencional de Tratamento de Obesidade que já vem sendo oferecido pelo município e o Grupo Intervenção (GI), que participará do Programa Multiprofissional de Tratamento da Obesidade (PMTO) associado a uma intervenção remota, realizada por profissionais da saúde, durante o período de 16 semanas.

O PMTO será formado por profissionais de medicina, educação física, nutrição, enfermagem e psicologia, com base na terapia cognitivo-comportamental (BIM et al., 2021; NARDO JUNIOR et al., 2016). Este modelo de PMTO tem sido implementado desde 2005 no Município de Maringá, com o objetivo principal de contribuir com mudanças positivas em variáveis da composição corporal e promoção da saúde mental, a partir do incentivo e prática de atividade física e orientação de hábitos saudáveis relacionados à alimentação (BIM et al., 2021; CASTILHO et al., 2021; WESTPHAL et al., 2021; NARDO JUNIOR et al., 2016).

Para este estudo, será realizado um recorte do projeto multicêntrico entre a Universidade Estadual de Maringá (UEM) por meio do Núcleo de Estudos Multiprofissional da Obesidade (NEMO/HUM/UEM) e a Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) – Campus de Paranavaí, intitulado “Eficácia de um programa multiprofissional na avaliação de fatores de risco cardiometabólico e tratamento da obesidade abdominal em do

PALESTRANTES**• PALESTRANTES**

*Esse campo não é obrigatório.

RESULTADOS**• RESULTADOS ESPERADOS
• GERAÇÃO DE NOVOS PROJETOS**

1

• BANCO DE INFORMAÇÕES

*Esse campo não é obrigatório.

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

1

• NOVA METODOLOGIA

*Esse campo não é obrigatório.

1

• PUBLICAÇÃO DE ANAIS

*Esse campo não é obrigatório.

4

• PUBLICAÇÃO EM REVISTA

*Esse campo não é obrigatório.

2

**• PROMOVER O INCREMENTO À PESQUISA E DISSEMINAÇÃO DAS TÉCNICAS
EXISTENTES**

*Esse campo não é obrigatório.

1

• PUBLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Não informado

ORÇAMENTO**• ORÇAMENTO PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO****• RESUMO TOTAL**

	Valor	Porcentagem (sobre o valor solicitado)
Capital:	R\$ 22.000,00	100.00
Contrapartida:	R\$ 0,00	0.00
Total:	R\$ 22.000,00	100

• RESUMO POR ELEMENTO

Elemento	Solicitado	Contrapartida	Total	Porcentagem
Despesas Capital				
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E	R\$ 12.000,00	--	R\$ 12.000,00	54.55

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

HOSPITALAR:				
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS:	R\$ 7.500,00	--	R\$ 7.500,00	34.09
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO:	R\$ 2.500,00	--	R\$ 2.500,00	11.36
Total:	R\$ 22.000,00	R\$ 0,00	R\$ 22.000,00	100

• DESPESAS SOLICITADAS

- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR

Categoria: Capital
Qtde.: 1
Valor R\$ 12.000,00

unitário:
Total: R\$ 12.000,00

O equipamento de bioimpedância é necessário para avaliação da composição corporal dos pacientes selecionados para o ensaio clínico.

- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Categoria: Capital
Qtde.: 1
Valor R\$ 5.000,00

unitário:
Total: R\$ 5.000,00

O notebook é necessário para realização da revisão sistemática, para tabulação e análise dos dados, capacitação da equipe de avaliação e palestras que serão oferecidas para os pacientes selecionados para o ensaio clínico.

- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Categoria: Capital
Qtde.: 1
Valor R\$ 2.500,00

unitário:
Total: R\$ 2.500,00

O smartphone será utilizado para coleta de dados e também como ferramenta de contato com os pacientes durante a intervenção remota.

- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO

Categoria: Capital
Qtde.: 1
Valor R\$ 2.500,00

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

unitário:**Total:** R\$ 2.500,00

O projetor será utilizado na capacitação da equipe de avaliação e equipe que irá executar o ensaio clínico. Além disso, o projetor será utilizado nas palestras que serão proferidas ao longo da intervenção por profissionais da área da saúde (nutricionistas, médicos, enfermeiros, psicólogos, educadores físicos)

FINANCIADORES**• OUTROS FINANCIADORES**

*Esse campo não é obrigatório.

CRONOGRAMA DE ETAPAS E METAS**• CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FINANCEIRA PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO****• DURAÇÃO EM MESES**

24

• ETAPA 1**Título**

Seleção dos participantes

Início

1

Fim

5

Descrição

Divulgação do projeto e triagem dos pacientes que irão participar do ensaio clínico.

Valor total

R\$ 0,00

• EQUIPE**Nome:**

Raquel Tomiazzi Utrila

Instituição de vínculo:**Categoria:**

Não informado

Função :

Auxiliar

CPF:

732.696.461-00 | raqueltomiazzi@hotmail.com

**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:**

40

Valor total solicitado na etapa:

R\$ 0,00

Nome:

HELOA COSTA BORIM CHSRITINELLI

Instituição de vínculo:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Categoria:

Não informado

Função :

Pesquisador

CPF:

067.246.939-18 | heloaborim@hotmail.com

**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:**

10

Valor total solicitado na etapa:

R\$ 0,00

Nome:

Dayane Cristine Tino Cordeiro

Instituição de vínculo:**Categoria:**

Não informado

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

Função : Auxiliar
CPF: 039.104.609-84 | daycordeiro5@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 10
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

• DESPESAS**• ETAPA 2**

Título	Início	Fim
Revisão Sistemática	1	6
Descrição Realização da revisão sistemática da literatura.		
Valor total R\$ 5.000,00		

• EQUIPE

Nome: Carlos Alexandre Molena Fernandes
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Coordenador
CPF: 006.209.189-18 | carlos.molena@unespar.edu.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 12
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Maria Antonia Ramos Costa
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 632.740.789-72 | maria.costa@unespar.edu.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 12
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: HELOA COSTA BORIM CHSRITINELLI
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 067.246.939-18 | heloaborim@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 36
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: CREMILDE APARECIDA TRINDADE RADOVANOVIC
Instituição de vínculo: Não informado
Categoria: Pesquisador
Função : Pesquisador
CPF: 793.535.849-49 | kikanovic2010@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 12

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

• DESPESAS**Notebook (processador Intel Core i7, 8GB de memória RAM SSD de 256GB, tela Full HDLED
antirreflexiva de 15,6", com sistema operacional Windows).**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE
DADOS

Valor total solicitado no projeto: R\$ 5.000,00

Valor total solicitado na etapa: R\$ 5.000,00

• ETAPA 3

Título

Capacitação da equipe

Descrição

Capacitação da equipe de avaliação e dos pesquisadores e auxiliares que irão executar a intervenção.

Valor total

R\$ 2.500,00

Início

7

Fim

9

• EQUIPE**Nome:**

Carlos Alexandre Molena Fernandes

Instituição de vínculo:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Categoria:

Não informado

Função :

Coordenador

CPF:

006.209.189-18 | carlos.molena@unespar.edu.br

**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:**

6

Valor total solicitado na etapa:

R\$ 0,00

Nome:

Nelson Nardo Junior

Instituição de vínculo:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Categoria:

Não informado

Função :

Pesquisador

CPF:

062.055.328-67 | nnjunior@uem.br

**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:**

6

Valor total solicitado na etapa:

R\$ 0,00

Nome:

Maria Antonia Ramos Costa

Instituição de vínculo:

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Categoria:

Não informado

Função :

Pesquisador

CPF:

632.740.789-72 | maria.costa@unespar.edu.br

**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:**

6

Valor total solicitado na etapa:

R\$ 0,00

• DESPESAS**Projeter Data show 3200 lumens**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E
FOTO

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

Valor total solicitado no projeto: R\$ 2.500,00

Valor total solicitado na etapa: R\$ 2.500,00

• ETAPA 4

Título	Início	Fim
Intervenção	9	13
Descrição		
Execução do ensaio clínico.		
Realização das avaliações iniciais (pré-teste) e finais (pós-teste).		
Valor total		
R\$ 14.500,00		

• EQUIPE

Nome: Carlos Alexandre Molena Fernandes
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Coordenador
CPF: 006.209.189-18 | carlos.molena@unespar.edu.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 10
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Nelson Nardo Junior
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 062.055.328-67 | nnjunior@uem.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 10
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Maria Antonia Ramos Costa
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 632.740.789-72 | maria.costa@unespar.edu.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 10
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Raquel Tomiazzi Utrila
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Auxiliar
CPF: 732.696.461-00 | raqueltomiazzi@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 30
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Suelen Cristina Zandonadi Bernal
Instituição de vínculo:

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

Categoria: Não informado
Função : Auxiliar
CPF: 055.285.979-60 | suelenbernal_85@hotmail.com
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 20
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Greice Westphal
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 072.853.939-08 | greicewes@gmail.com
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 10
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: HELOA COSTA BORIM CHSRITINELLI
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 067.246.939-18 | heloaborim@hotmail.com
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 20
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Dayane Cristine Tino Cordeiro
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Auxiliar
CPF: 039.104.609-84 | daycordeiro5@hotmail.com
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 30
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

• DESPESAS**Smartphone 128Gb.**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE
DADOS

Valor total solicitado no projeto: R\$ 2.500,00

Valor total solicitado na etapa: R\$ 2.500,00

Bioimpedância tetrapolar com ângulo de fase e softwareEQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE - APARELHOS, EQUIPAMENTOS,
UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR

Valor total solicitado no projeto: R\$ 12.000,00

Valor total solicitado na etapa: R\$ 12.000,00

• ETAPA 5

Título	Início	Fim
Processamento e análise dos dados	13	15

Descrição

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

Tabulação e análise estatística dos dados.

Valor total

R\$ 0,00

• EQUIPE

Nome: Greice Westphal
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 072.853.939-08 | greicewes@gmail.com
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 12
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: HELOA COSTA BORIM CHSRITINELLI
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 067.246.939-18 | heloaborim@hotmail.com
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 12
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

• DESPESAS**• ETAPA 6**

Título	Início	Fim
Apresentação dos resultados para prefeitura.	15	16
Descrição Apresentar os resultados do ensaio clínico para prefeitura.		
Valor total R\$ 0,00		

• EQUIPE

Nome: Carlos Alexandre Molena Fernandes
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Coordenador
CPF: 006.209.189-18 | carlos.molena@unespar.edu.br
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 4
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Nelson Nardo Junior
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 062.055.328-67 | nnjunior@uem.br
**Quantidade de horas dedicadas à esta
etapa:** 4
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

Nome: Maria Antonia Ramos Costa
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 632.740.789-72 | maria.costa@unespar.edu.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 4
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

• DESPESAS**• ETAPA 7**

Título	Início	Fim
Produção científica	16	24
Descrição		
Elaboração e submissão de resumos e artigos científicos.		
Valor total		
R\$ 0,00		

• EQUIPE

Nome: Carlos Alexandre Molena Fernandes
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Coordenador
CPF: 006.209.189-18 | carlos.molena@unespar.edu.br
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 18
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: Raquel Tomiazzi Utrila
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Auxiliar
CPF: 732.696.461-00 | raqueltomiazzi@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 108
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: HELOA COSTA BORIM CHSRITINELLI
Instituição de vínculo: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador
CPF: 067.246.939-18 | heloaborim@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa: 36
Valor total solicitado na etapa: R\$ 0,00

Nome: CREMILDE APARECIDA TRINDADE
RADOVANOVIC
Instituição de vínculo:
Categoria: Não informado
Função : Pesquisador

**CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 -
SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)**

Protocolo Nº: PBA2022011000253

**Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.**

Carlos Alexandre Molena Fernandes - carlos.molena@unespar.edu.br

CPF:	793.535.849-49 kikanovic2010@hotmail.com
Quantidade de horas dedicadas à esta etapa:	18
Valor total solicitado na etapa:	R\$ 0,00

• **DESPESAS****ANEXOS**• **DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS**

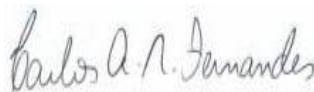
Roteiro Descritivo da Proposta ANEXO III_professorCarlosMolena (1).pdf	Extensão application/pdf
---	-----------------------------

Termo de Anuência da ICTPR ANEXO IV_professorCarlosMolena.pdf	Extensão application/pdf
--	-----------------------------

• **DOCUMENTOS NÃO OBRIGATÓRIOS**

*Esse campo não é obrigatório.

PARANAVÁI, 06 DE MAIO DE 2022



COORDENADOR DO PROJETO



ePROTOCOLO



Documento: **Planodetrabalho2.pdf**.

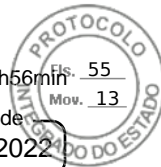
Assinatura Avançada realizada por: **Carlos Alexandre Molena Fernandes** em 12/05/2022 16:09.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratigueri** em: 12/05/2022 15:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
1b046d7b9d3392ccd537bdd7bd0e26ae.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ CNPJ: 05012896000142

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Inscrição

Contribuinte: 86769 - UNESPAR - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Endereço: PERNAMBUCO, 858 - Bairro CENTRO - CEP 87.701-010

Código de Controle

CWPKN2GGN6M0NO71

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
<http://www.paranavai.pr.gov.br>

Paranavai (PR), 11 de Maio de 2022

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
SETOR DE CONVENIOS

Protocolo: 18.944.383-8
Assunto: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 19/05/2022 11:16

DESPACHO

O convênio está apto para assinatura.

Fundação Araucária

AUTORIZAÇÃO PARA LIBERAÇÃO DE RECURSOS

CONVÊNIO PDI Nº: 075/2022 **Vigência:** 27 meses

PROTOCOLO: PBA2022011000253

PROJETO: Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.

COORDENADOR: Carlos Alexandre Molena Fernandes

INSTITUIÇÃO: UNESPAR

CHAMADA DE PROJETOS: CP 09/2021 – PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 - SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO)

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

RUBRICAS	CUSTO TOTAL
Diárias	R\$ 0,00
Hospedagem e Alimentação	R\$ 0,00
Passagens	R\$ 0,00
Material de Consumo	R\$ 0,00
Bolsas	R\$ 0,00
Outros serviços de Terceiros	R\$ 0,00
Material e Equipamento Permanente	R\$ 22.000,00
Pessoal	R\$ 0,00
Encargos	R\$ 0,00
TOTAL GERAL	R\$ 22.000,00

Autorizo, cumpridas as formalidades legais.

Em 19/05/22

Ramiro Wahrhaftig
Presidente



ePROCOLO



Documento: **AutorizacaoProjetoscv0752022pdi.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Ramiro Wahrhaftig** em 30/05/2022 16:45.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Fernanda Scheidt** em: 19/05/2022 11:16.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
15c87ce162f66a858b547eff4cc5cabb.

**TERMO DE CONVÊNIO PARA PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
(CONVÊNIO PD&I) Nº 075/2022 PDI**

PROTÓCOLO Nº PBA2022011000253

**CONVÊNIO PARA PESQUISA,
DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO
(CONVÊNIO PD&I) QUE ENTRE SI
CELEBRAM FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO
CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO
PARANÁ, E O(A) UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO PARANÁ, PARA A
EXECUÇÃO DO “PROJETO Efetividade
de um programa multiprofissional de
tratamento da obesidade no controle da
ansiedade e depressão em pacientes
adultos atendidos na atenção primária à
saúde.”, VISANDO O
FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DA ÁREA Educação Física**

Pelo presente instrumento, os **PARTÍCIPES** abaixo qualificados:

Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, agência de fomento, nos termos do Art. 2º, inc. V, da Lei Estadual 20.541/2021 (Marco Legal Estadual de CT&I), integrante do Sistema Paranaense de Inovação, conforme § Ún., do Art. 3º, da Lei Estadual 20.541/2021, pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta do Estado do Paraná, com criação autorizada na forma da Lei Estadual 12.020/1998, inscrita no CNPJ sob o nº 03.579.617/0001-00, domiciliada na Av. Comendador Franco, 1341 – Cietep, Jardim Botânico, na cidade de Curitiba/PR, doravante denominada “**CONCEDENTE**”, neste ato representada pelo seu Presidente, Senhor Ramiro Wahrhaftig, brasileiro, R.G. Nº 952291-3 SSP PR, CPF 321.770.549-15, residente e domiciliado à Rua Campos Sales, nº 782, CEP 80.030 376 ,Curitiba PR, e pelo Diretor de Administração e Finanças, Senhor Gerson Luiz Koch, brasileiro, R.G. Nº 754.751 PR, CPF nº 183.960.899-49, residente e domiciliado à Rua Jovino do Rosário nº 448, CEP 82.540-115, Curitiba –PR; e

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, com sede no(a) Avenida Rio Grande do Norte, nº 1525, Centro, CEP 87710-020, Paranavaí - Paraná inscrito(a) no CNPJ sob o nº 05.012.896/0001-42, Instituição de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICT), conforme definido no Art. 2º, inc. VI, da Lei Estadual 20.541/2021 neste ato representado(a) pelo(a) Salete Paulina Machado Sirino, portador(a) da Carteira de Identidade nº 37834033, expedida pelo(a) SSP, e CPF nº 513.131.549-20, residente e domiciliado no(a) Rua Jacarezinho, nº 1385, casa, Mercês CEP 80810-130 em Curitiba – PR, doravante referida como “**ICTPR**”;

RESOLVEM celebrar o presente **CONVÊNIO DE PARCERIA DE PESQUISA,
DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO**, com fundamento no artigo 17 da Lei

Página 1 de 15

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41, **Salete Paulina Machado Sirino** em 09/05/2022 15:49. Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:39. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **19c585b51ec0f0daf5a1e223711f6564**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Gerson Luiz Koch** em 25/05/2022 15:44. Assinatura Avançada realizada por: **Ramiro Wahrhaftig** em 30/05/2022 16:44. Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Fernanda Scheidt** em: 19/05/2022 11:16. Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021. A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço: <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código: **654fe5015ef53d228619c067cf51ae15**.

Estadual nº 20.541/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

O presente Convênio visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTÍCIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde., protocolo nº PBA2022011000253, em conformidade com o Plano de Trabalho (**Anexo I**).

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Promover o fortalecimento da produção científica, tecnológica e de inovação, por meio da concessão de apoio financeiro para a execução de projetos de pesquisa nas áreas do conhecimento que apresentem aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária ou que apontam aderência às áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência, a saber: Áreas prioritárias do CCT-Paraná: Agricultura & Agronegócio; Biotecnologia & Saúde; Energias Inteligentes; Cidades Inteligentes; Educação, Sociedade & Economia. Áreas transversais: Desenvolvimento Sustentável; Transformação Digital. Em relação às áreas prioritárias segue detalhamento na Nota Técnica 02/2021 da Fundação Araucária (<http://www.fappr.pr.gov.br/Pagina/Atos-Notas-e-Comunicados>). Além das áreas citadas, será valorizada a aderência das propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aspecto que é recomendado na apresentação dos projetos a serem submetidos (www.odsbrasil.gov.br).

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Esta parceria decorre do chamamento público CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 - SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO) n.º 09/2021, publicado em 1 de Fevereiro de 2022, com resultado final publicado no Diário Oficial do Estado nº 11123, 4 de Março de 2022 e integram este Convênio, independente de transcrição, o Plano de Trabalho aprovado (**Anexo I**), bem como os documentos constantes no referido processo

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência de 27(vinte e sete) meses após a sua assinatura, para cumprimento do objeto do convênio e prestação de contas final.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A vigência acima aludida detalha-se da seguinte forma: Período de execução do projeto pelo prazo de 24(vinte e quatro) meses. Período de prestação de contas da Conveniente, correndo pelos 30 dias subsequentes, após o que inicia-se o período de avaliação e procedimentos internos da Fundação Araucária que correrá pelos 60 dias finais.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada, a critério da Fundação Araucária, por prazo igual ou inferior, por meio da celebração de Termo Aditivo. O aditamento exige solicitação com antecedência mínima de 60

(sessenta) dias do fim da vigência, acompanhada de justificativa técnica e a apresentação de novo Plano de Trabalho. Para a prorrogação da vigência do presente instrumento, deverá a ICTPR observar os prazos máximos previstos no Edital de Chamada Pública, conforme o caso.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Considerando a dificuldade de definir antecipadamente e com precisão a duração necessária para execução das atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, os prazos iniciais e finais das etapas do Plano de Trabalho poderão sofrer alterações, condicionadas a autorização da Fundação Araucária.

CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho define os objetivos a serem atingidos por meio do presente instrumento, apresenta o planejamento e o cronograma físico-financeiro dos trabalhos que serão desenvolvidos, detalha as atividades e as atribuições dos partícipes e estabelece a alocação de recursos humanos, materiais e financeiros, estabelecendo objetivos, metas e indicadores de execução.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Respeitadas as previsões contidas na legislação em vigor, a ICTPR executará as atividades de PD&I descritas no Plano de Trabalho (**Anexo I**), que constitui parte integrante e indissociável deste Acordo.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Admite-se a subcontratação de profissionais, instituições e empresas de reconhecida competência para a execução de atividades técnicas específicas previstas no Plano de Trabalho, cabendo à ICTPR a responsabilidade pela sua coordenação e execução nos termos previstos neste instrumento. A subcontratação restringe-se à execução de partes específicas do plano de trabalho relacionadas a atividades técnicas e é limitada à rubrica de serviços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os pesquisadores que participarem da execução das atividades inerentes à execução do objeto do acordo não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação trabalhista e/ou funcional com as respectivas entidades de origem.

PARÁGRAFO QUARTO - A impossibilidade técnica e/ou científica de cumprimento de qualquer fase do Plano de Trabalho, desde que seja devidamente comprovada e justificada, acarretará a suspensão de suas respectivas atividades até que haja acordo entre os PARCEIROS quanto à adequação do Plano de Trabalho ou à extinção deste Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA compromete-se a:

1. Transferir os recursos financeiros para execução do objeto deste Convênio na forma do Plano de Aplicação, observada a sua disponibilidade financeira;
2. Inserir as informações pertinentes a esse termo de convênio e a sua execução no SIT – Sistema Integrado de Transferência Voluntária do TCE –

PR, conforme dispõem a Instrução Normativa nº 61/2011, e a Resolução nº 28/2011, com nova redação dada pela Resolução nº 46/2014, ou outro que venha substituí-las;

3. Dar publicidade ao instrumento pactuado no Diário Oficial do Estado e no sitio oficial da Fundação Araucária na internet;
4. Realizar o acompanhamento, a fiscalização, o controle, a supervisão e a avaliação do cumprimento do objeto deste convênio, por meio de análise de relatórios acerca do seu processamento, diligências e visitas *in loco*, comunicando à ICTPR quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal;
5. Analisar a prestação de contas da ICTPR, relativo aos valores repassados por conta deste Convênio, informando eventuais irregularidades encontradas, para o devido saneamento e prestar contas aos órgãos fiscalizadores de acordo com a legislação pertinente a matéria;
6. Monitorar, supervisionar, avaliar e fiscalizar o cumprimento do objeto deste Convênio, realizando vistorias sempre que julgar conveniente, com vistas ao fiel cumprimento do ajuste;
7. Notificar a ICTPR, quando não apresentada a prestação de contas dos recursos aplicados ou quando constatada a má aplicação dos recursos públicos transferidos, e instaurar a Tomada de Contas Especial.

II – A ICTPR compromete-se a:

1. Abrir e manter conta bancária específica e exclusiva em banco oficial para o recebimento e movimentação dos recursos provenientes deste Convênio;
2. Aplicar os recursos financeiros recebidos da CONCEDENTE no objeto deste Termo;
3. Executar, nos termos da legislação pertinente, o necessário para consecução do objeto de que trata este Convênio, observando sempre critérios de qualidade e custo, bem como em estrita observância ao contido no Plano de Trabalho;
4. A ICTPR fica obrigada a:
 - a) Aplicar o saldo do Convênio não utilizado em caderneta de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês; e,
 - b) As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas exclusivamente no objeto de sua finalidade, desde que com a devida autorização do CONCEDENTE para utilização do recurso da aplicação financeira, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste.
5. Devolver à CONCEDENTE, quando da conclusão, rescisão ou extinção deste convênio, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes de receitas obtidas das aplicações financeiras, no prazo improrrogável de (30) trinta dias após o termo final de sua vigência, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial;
6. Restituir o valor recebido atualizado monetariamente, desde a data do recebimento, acrescido de juros legais, na forma aplicável aos débitos para com o

Tesouro do Estado, quando:

- a) Não for executado o objeto deste Convênio;
- b) Não for apresentada, no prazo estipulado, a respectiva Prestação de Contas parcial ou final; e,
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecido neste Convênio.

7. Apresentar quando na formalização do ajuste a Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista.

8. Observar e fazer observar, por seus contratados e subcontratados, se estão agindo com mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Edital; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção;
- f) Fazer constar das notas fiscais o número do convênio seguido da sigla da Concedente dos recursos financeiros;
- g) Iniciar a execução do Convênio em até trinta dias após o recebimento da primeira parcela ou parcela única, salvo motivo de força maior devidamente justificado ou se estabelecido de forma diversa nas etapas e execução do Plano de Trabalho.

8.1. No caso de subcontratação ou de contratação de terceiros, a ICTPR compromete-se a exigir a apresentação mensal de certidões de regularidade fiscal dos respectivos prestadores de serviço, devendo apresentá-las à **CONCEDENTE** sempre que instada a tanto.

CLÁUSULA SEXTA - RECURSOS FINANCEIROS

Para execução deste Convênio, serão destinados recursos financeiros, no valor total de R\$ R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) que serão repassados conforme o cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho. As despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº. 12.020/1998.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Sexta em favor da ICTPR em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

Parágrafo PRIMEIRO - A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade da ICTPR, tais como Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentre outras que venham a ser exigidas por lei.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso os recursos repassados pela CONCEDENTE sejam insuficientes para consecução do objeto deste Convênio, a complementação poderá ser aportada ao Convênio como contrapartida da ICTPR, devendo ser os respectivos valores depositados e utilizados na mesma conta do Convênio após autorização de ajuste do valor do convênio emanada pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor do Convênio só poderá ser aumentado se ocorrer a ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela CONCEDENTE de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso haja previsão de contrapartida desde o início da execução da presente avença, esta deverá ser depositada, no mínimo, proporcionalmente, na mesma data da liberação da primeira ou da única parcela da transferência ou conforme estabelecido no ato da transferência ou no cronograma de desembolso.

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS REMANESCENTES

Fica assegurado à ICTPR o direito de propriedade, mediante instrumento próprio, dos bens e materiais de natureza permanente a serem adquiridos, produzidos, transformados ou constituídos com os recursos transferidos pela Fundação Araucária. Extinto o Convênio serão adotados procedimentos de doação ou não, conforme legislação pertinente à matéria.

PARÁGRAFO ÚNICO - A ICTPR deverá observar os seguintes procedimentos em relação aos bens remanescentes:

- a) a ICTPR concederá ao coordenador do projeto a autorização para utilizar e

- manter os bens sob sua guarda durante o período de execução do projeto, estipulando a obrigação do mesmo de conservá-los e não aliená-los;
- b) o coordenador deverá assumir o compromisso de utilizar os bens para fins científicos e tecnológicos e exclusivamente para a execução do projeto;
 - c) o coordenador deverá comunicar à ICTPR, imediatamente, qualquer dano que os bens vierem a sofrer;
 - d) em caso de furto ou de roubo, o coordenador deverá proceder ao registro da ocorrência perante a autoridade policial competente, informando de imediato à ICTPR e diligenciando para que se proceda à investigação pertinente;
 - e) o coordenador deverá informar à ICTPR a devolução dos bens, em razão da conclusão do projeto ou da sua não utilização;
 - f) a instituição corresponsável afixará destacadamente, em lugar visível dos bens, o selo de identificação do apoio financeiro proporcionado pela Fundação Araucária.

CLÁUSULA NONA – BOLSAS

Observados os critérios e procedimentos previstos chamamento público n.º 09/2021, a ICTPR poderá conceder bolsas de estímulo à inovação aos pesquisadores a ela vinculados, bem como a alunos de curso técnico, de graduação, pós-graduação ou pesquisadores integrantes de grupo de pesquisa, desde que a concessão do auxílio esteja prevista no Plano de Trabalho e as atividades subsidiadas não sejam inerentes ao vínculo funcional ou jurídico mantido com a entidade.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores, a periodicidade, duração da bolsa e respectivos beneficiários serão especificados em Termo de Outorga de Bolsa ou instrumento congênera a ser entabulado entre ICTPR e bolsista, o qual deverá ser previamente aprovado pela CONCEDENTE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A bolsa de estímulo à inovação caracteriza-se como doação e, como tal, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços ou vantagem para o doador, e não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, nos termos do artigo 16, § 4º da Lei Estadual n. 20.541/21.

CLÁUSULA DÉCIMA- DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS

A ICTPR deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes. A título de obrigações legais fica estabelecido à CONVENIENTE, dentre outras, conforme previsto na Resolução nº 028/2011 – TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011, as de:

1. Prestar Contas dos recursos recebidos por meio do Sistema Integrado de Transferências Voluntárias-SIT do Tribunal de Contas do Estado do Paraná-TCE-PR, no qual deverá atualizar as informações de sua competência exigidas pelo sistema;
2. Garantir o livre acesso de servidores do Sistema de Controle Interno da CONCEDENTE, além dos servidores do Tribunal de Contas, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria;
3. Atender as recomendações, exigências e determinações do concedente dos

- recursos e dos agentes dos sistemas de controle interno e externo.
4. Movimentar os recursos do convênio em conta específica;
 5. Estar ciente de que a ausência de prestação de contas, nos prazos estabelecidos, sujeitará a ICTPR, salvo os casos previstos em lei, a instauração de Tomada de Contas Especial, observados os arts. 233 e 234 do Regimento Interno do TCE/PR;
 6. Preservar todos os documentos originais relacionados com esse Convênio, independentemente da apresentação da prestação de contas ou mesmo de sua aprovação, em local seguro e em bom estado de conservação, mantendo-os à disposição do Tribunal de Contas do Paraná por um prazo de 10 (dez) anos.
 7. Submeter-se à regulação instituída pelo CONCEDENTE;
 8. Obrigar-se a apresentar, sempre que solicitado, relatórios de atividade que demonstrem, quantitativa e qualitativamente, o atendimento do objeto pactuado com a CONCEDENTE;
 9. Cumprir todas as normas relativas à preservação do meio ambiente;

Parágrafo Único - O não atendimento às condições estabelecidas no neste instrumento, autoriza a denúncia unilateral do pactuado, sem prejuízo da persecução pelo Estado quanto aos prejuízos advindos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS E SUAS VEDAÇÕES

1. A título de vedações legais e contratuais, fica estabelecido que:
 - a) É vedada a celebração de outros convênios com o mesmo objeto deste, exceto ações complementares;
 - b) É vedada a realização de despesas com publicidade, salvo em caráter educativo, informativo ou de orientação social, que esteja diretamente vinculada com o objeto do termo de transferência e da qual não constem nomes, símbolos, imagens ou quaisquer referências que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou de servidores públicos;
 - c) É vedada aplicação dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no termo, ainda que em caráter de emergência;
 - d) É vedada a atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;
 - e) É vedado o trespasse, cessão ou a transferência a terceiros da execução desse Convênio, pelo que a contratação de terceiros é restrita e condicionada à execução de atividades materiais não passíveis de execução direta pela ICTPR, observadas as disposições da Lei Estadual 15.608/2005 e o que consta da Cláusula Quarta do presente instrumento;
 - f) É vedada a realização de despesas em data anterior ou posterior a vigência deste Termo;
 - g) Não poderão ser pagas com os recursos transferidos, as despesas:
 - i. Com pagamento a qualquer título a servidor ou empregado público, integrantes do quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta;
 - ii. Relativas as taxas de administração, gerência ou similar;
 - iii. Taxas bancárias, multas, juros ou atualização monetária, decorrentes de culpa de agente do tomador dos recursos ou pelo

Página 8 de 15

- descumprimento de determinações legais ou convenientes;
- iv. Pagamento de profissionais não vinculados à execução do objeto do termo de transferência;
- v. Não poderão ser pagos, em hipótese alguma, com recursos do Convênio, honorários a dirigente da instituição beneficiada, bem como gratificações, representações e comissões, obedecidas as normas legais que regem a matéria em especial a LC nº 101/2000.
2. As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da ICTPR, devidamente identificados com o número deste Convênio.
3. Constatadas impropriedades e/ou irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, obriga-se a ICTPR a notificar, de imediato, a CONCEDENTE e a suspender a liberação de eventuais recursos pendentes, fixando prazo para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, podendo ser prorrogado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

Dentre outras atribuições legais e contratuais, compete à Fundação Araucária, na fiscalização do presente Convênio PD&I:

- a) Cuidar para que a documentação do Convênio esteja em conformidade com a legislação aplicada desde a sua proposta até aprovação da Prestação de Contas;
- b) Ensejar as ações para que a execução física e financeira do Convênio ocorra conforme previsto no Plano de Trabalho;
- c) Acompanhar a execução do Convênio responsabilizando-se pela sua eficácia, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do Convênio.
- d) Atuar como interlocutor do órgão responsável pela celebração do Convênio;
- e) Controlar os saldos dos empenhos dos Convênios ou instrumentos congêneres;
- f) Prestar, quando solicitado, informações sobre a execução do Convênio ou instrumentos congêneres sob sua responsabilidade;
- g) Controlar os prazos de Prestação de Contas dos Convênios bem como efetuar análises e encaminhar ao ordenador de despesa para aprovação;
- h) Zelar para que o Sistema Integrado de Transferências – SIT do TCE atualizando as informações relacionadas à execução do convênio, cumprimento dos objetivos e elaboração do termo de fiscalização;
- i) Zelar pelo cumprimento integral do Convênio;
- j) Acompanhar a execução dos ajustes firmados, promovendo medidas necessárias à fiel execução das condições estabelecidas no convênio, gerenciar, decidir sobre eventuais e possíveis alterações inicialmente estabelecidas, inclusive sobre a celebração de seus termos aditivos.
- k) O fiscal do convênio deve primar para que não haja alteração no objeto do ajuste, atentando-se para o cumprimento dos prazos convenientes e fazendo o gerenciamento necessário dos processos de modo eficiente, evitando prejuízos ao erário.
- l) Garantir os recursos por meio da Declaração de Adequação Orçamentária da Despesa e de Regularidade do Pedido.

- m) Aprovar o Plano de Trabalho apresentado pelo proponente tanto na formalização quanto nas suas adequações.
- n) Opinar sobre a prorrogação de prazo além dos limites estabelecidos no termo de convênio, quando ocorrer fato excepcional ou imprescindível que altere fundamentalmente as condições de execução do convênio, com justificativa fundamentada e com prévio parecer jurídico.
- o) Autorizar a indicação e substituição de fiscal de convênios, por meio de ato emitido pela autoridade competente.
- p) Aplicar sanções à ICTPR de acordo com a natureza e gravidade das infrações.
- q) Indicar os funcionários para compor a Comissão de Tomadas de Constas Especial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fica indicado como Fiscal do Convênio o Diretor Técnico (Científico) **Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa**, CPF 660.526.459-20, para acompanhar e fiscalizar a execução deste convênio e dos recursos repassados, o que será executado juntamente com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná e com o Controle Interno da Fundação Araucária.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete ao Setor de Análise e Prestação de Contas da Fundação Araucária apoiar o Fiscal de Convênio no desempenho de suas atribuições, cabendo-lhe, especificamente:

- a) Processar a Tomada de Contas Especial, cuja instauração dar-se-á por decisão do controle interno da CONCEDENTE.
- b) Encaminhar por meio eletrônico a prestação de contas final, para o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Não sendo prestadas as contas devidas pela ICTPR nos prazos estabelecidos, a CONCEDENTE instaurará, dentro de 30 dias, a Tomada de Contas Especial.

PARÁGRAFO QUARTO – Compete ao Controle Interno da CONCEDENTE, no exercício de sua função institucional, emitir parecer sobre os recursos repassados e a sua utilização.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- DA RESCISÃO OU ENCERRAMENTO

O presente Convênio será rescindido em caso de:

1. Em caso de inexecução das obrigações estipuladas, sujeitando a parte inadimplente a responder por perdas e danos, quer pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável;
2. Expressa manifestação de qualquer das partes, através de denúncia espontânea a qual deverá ser obrigatoriamente formalizada com período mínimo de antecedência de 30 (trinta) dias, sem prejuízo das obrigações assumidas até a data da extinção;
3. Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
4. Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
5. Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer

- documento apresentado;
6. Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial;
 7. Demais casos previstos em Lei.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Exceto no caso de rescisão unilateral pela **CONCEDENTE**, deverá ser lavrado “Termo de Rescisão ou Encerramento” com as devidas justificativas administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão unilateral do convênio dar-se-á de ofício e enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, caso se dê em virtude de falha na execução havida por culpa da ICTPR, para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano e, inclusive, a devolução dos recursos, incluídos os rendimentos de aplicação, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Sempre que tiverem acesso ou realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais, os PARTÍCIPIES comprometem-se a envidar todos os esforços para resguardar e proteger a intimidade, vida privada, honra e imagem dos respectivos titulares, observando as normas e políticas internas relacionadas a coleta, guarda, tratamento, transmissão e eliminação de dados pessoais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ICTPR deverá observar, ao longo de toda a vigência deste Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ICTPR deve:

- a) notificar imediatamente a **CONCEDENTE**;
- b) auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento;
- e
- c) eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os PARTÍCIPIES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os PARTÍCIPIES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

PARÁGRAFO QUINTO - A ICTPR deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ICTPR deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A ICTPR deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

PARÁGRAFO OITAVO - Os PARTÍCIPES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a transferência de dados pessoais, pela ICTPR, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ICTPR a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO – A ICTPR responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONCEDENTE em seu acompanhamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Eventual subcontratação, mesmo quando autorizada pela CONCEDENTE, não exime a ICTPR das obrigações decorrentes deste Convênio, permanecendo integralmente responsáveis perante a CONCEDENTE mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações por subcontratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A ICTPR deve colocar à disposição da CONCEDENTE, quando solicitado, toda informação necessária para demonstrar o cumprimento do disposto nesta Cláusula, permitindo a realização de auditorias e inspeções, diretamente pela CONCEDENTE ou por terceiros por eles indicados, com relação ao tratamento de dados pessoais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A ICTPR deve auxiliar a CONCEDENTE na elaboração de relatórios de impacto à proteção de dados pessoais, observado o disposto no artigo 38 da Lei Federal nº 13.709/2018, relativo ao objeto deste Acordo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Toda criação, invenção ou desenvolvimento tecnológico passível de proteção intelectual, em qualquer modalidade, proveniente da execução do presente Convênio será de propriedade da ICTPR.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A ICTPR deve assegurar, na medida de suas respectivas responsabilidades, que os projetos propostos e a alocação dos recursos tecnológicos correspondentes não infrinjam direitos de propriedade intelectual de terceiros.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caberá unicamente à ICTPR praticar os atos necessários ao preparo, arquivamento, depósito, acompanhamento e manutenção do pedido, perante o Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI ou outros órgãos competentes, no Brasil e no exterior, informando a CONCEDENTE dos andamentos correspondentes.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de exploração comercial dos resultados decorrentes deste Convênio, instrumento jurídico específico deverá garantir a participação dos pesquisadores nos ganhos econômicos auferidos pela ICTPR, observados os critérios estabelecidos em sua Política de Inovação e a participação efetiva de cada um no trabalho que resultou na criação explorada.

PARÁGRAFO QUARTO - As publicações, materiais de divulgação e resultados materiais relacionados ao presente Convênio deverão mencionar expressamente o apoio recebido da CONCEDENTE, sendo obrigatória a aplicação da logomarca da Fundação Araucária e do Governo do Estado do Paraná/SETI (logomarcas disponíveis no *website* da Fundação Araucária).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – CONFORMIDADE COM O MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

Os PARTÍCIPES declaram conhecer as normas de prevenção a atos de corrupção e lavagem de dinheiro previstas na legislação brasileira (“Marco Legal Anticorrupção”), dentre elas o Decreto-Lei nº 2848/1940 (“Código Penal Brasileiro”), a Lei Federal nº 8.429/1992 (“Lei de Improbidade Administrativa”) e a Lei Federal nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”) e, se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, prepostos, administradores, empregados e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os PARTÍCIPES não poderão oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste ajuste.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Se privada, a ICTPR declara e garante que:

- a) não se encontra, direta ou indiretamente, assim como seus

representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores sob investigação, em processo judicial e/ou administrativo, relativamente a violação do Marco Legal Anticorrupção, nem está sujeita a restrições ou sanções econômicas impostas por qualquer entidade governamental;

b) não sofreu nenhuma investigação, inquérito ou processo administrativo ou judicial relacionados ao descumprimento do Marco Legal Anticorrupção ou de lavagem de dinheiro nos últimos 5 (cinco) anos;

c) não ira ofertar, prometer, pagar ou autorizar pagamentos em dinheiro nem dar presentes, ou quaisquer outros objetos de valor, a representantes de entidades públicas ou privadas, com o objetivo de beneficiar-se ilicitamente;

d) não ira receber, transferir, manter, usar ou ocultar recursos que decorram de atividades ilícitas, abstendo-se de manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas investigadas e/ou condenadas por atos previstos no Marco Legal Anticorrupção, bem como por lavagem de dinheiro, tráfico de drogas ou terrorismo;

e) seus atuais dirigentes, representantes, empregados e colaboradores não são agentes públicos e que informara por escrito a CONCEDENTE, no prazo de 3 (tres) dias uteis, sobre eventuais nomeações de seus quadros para cargos, empregos e/ou funções públicas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A ICTPR privada deverá comunicar prontamente a CONCEDENTE, por escrito, sobre qualquer suspeita de violação ou descumprimento do Marco Legal Anticorrupção e/ou das obrigações previstas nesta Cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- DA PUBLICIDADE

A eficácia deste convênio ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE, na forma do art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA - DO FORO

Fica estabelecido o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste convênio, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam.

Por estarem de acordo e por se tratar de processo digital, as partes firmam o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, de forma eletrônica, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 19 de MAIO de 2022.

Saete Paulina Machado Sirino
Representante Legal
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ

Ramiro Wahrhaftig
Diretor-Presidente
Fundação Araucária

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças
Fundação Araucária

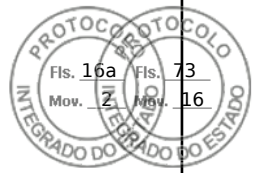
TESTEMUNHAS:

1: Fernanda C. Scheidt
CPF: 032.950.189-52

2: GISELE RATIGUIERI
CPF: 051.309.089-45



ePROTOCOLO



Documento: **TERMODECONVENIO075.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 09/05/2022 10:41, **Saete Paulina Machado Sirino** em 09/05/2022 15:49.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 09/05/2022 10:39.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
19c585b51ec0f0daf5a1e223711f6564.



ePROCOLO



Documento: **TERMODECONVENIO075.2022DATADO.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Gerson Luiz Koch** em 25/05/2022 15:44.

Assinatura Avançada realizada por: **Ramiro Wahrhaftig** em 30/05/2022 16:44.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Fernanda Scheidt** em: 19/05/2022 11:16.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
654fe5015ef53d228619c067cf51ae15.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
ASSESSORIA JURIDICA

Protocolo: 18.944.383-8
Assunto: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 23/05/2022 09:11

DESPACHO

A minuta de convênio de PDI de mov. n. 016 está de acordo com a vontade das partes, tendo como objeto a implementação do projeto protocolado sob n. PBA2022011000253, conforme aprovado no Ato da Diretoria Executiva 027/2022. Verifica-se ainda não haver óbice jurídico à celebração do referido instrumento, estando de acordo com as normas preconizadas na Lei Estadual n. 20.541/21.

O processo devidamente instruído com todas as certidões relativas a regularidade fiscal e certidão liberatória do TCE/PR, a minuta está apta a ser encaminhada para a diretoria da Fundação Araucária para assinatura, em conjunto como documento de liberação de recursos de mov. 015.

Em seguida, devem ser adotadas providências para publicação do extrato do convênio em diário oficial, para que produza seus efeitos.

Luan Baptista da Silva
AJ/FA



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_3.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Luan Baptista da Silva** em 23/05/2022 09:11.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Luan Baptista da Silva** em: 23/05/2022 09:11.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
606da1df59dee0776a8ab560dd9ed32e.



EXTRATO DE CONVÊNIO PD&I – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

Instru-mento	Institui-ção	Valor	Objeto	Data assinatura	Vigência
CV 075/2022 PDI	UNES-PAR	R\$ 22.000,00	Projeto PBA20220110 00253 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 247/2022 PDI	UEL	R\$ 278.000,00	Projeto UCR20220510 00010 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2022	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 256/2022 PDI	UEL	R\$ 278.000,00	Projeto UCR20220510 00011 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2022	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 239/2022 PDI	UEL	R\$ 12.031,72	Projeto PBA20220110 00047 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 253/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00080 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 188/2022 PDI	UEPG	R\$ 249.414,00	Projeto SAN20212510 00032 – Chamada de Projetos CP n.º 17/2021	19/05/2022	Vigência de 15 meses a partir da data de assinatura
CV 102/2022 PDI	UEPG	R\$ 36.000,00	Projeto PBA20220110 00139 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 097/2022 PDI	UEPG	R\$ 14.500,00	Projeto PBA20220110 00218 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 237/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00030 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 275/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00174 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 281/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00110 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 277/2022 PDI	UEL	R\$ 12.307,40	Projeto PBA20220110 00099 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura

CV 280/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00109 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 208/2022 PDI	UEL	R\$ 11.815,11	Projeto PBA20220110 00001 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 219/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00184 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 234/2022 PDI	UEL	R\$ 12.405,84	Projeto PBA20220110 00023 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 238/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00040 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 226/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00280 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 213/2022 PDI	UEL	R\$ 24.500,00	Projeto PBA20220110 00166 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 240/2022 PDI	UEL	R\$ 12.406,00	Projeto PBA20220110 00048 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 228/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00002 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	19/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 255/2022 PDI	UEL	R\$ 24.998,00	Projeto PBA20220110 00088 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 248/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,00	Projeto PBA20220110 00004 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 276/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00098 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 251/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00067 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura



CV 224/2022 PDI	UEL	R\$ 12.307,41	Projeto PBA20220110 00237 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 197/2022 PDI	UNIO-ESTE TOLEDO	R\$ 32.466,00	Projeto PBA20220110 00063 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 199/2022 PDI	UNIO-ESTE TOLEDO	R\$ 35.000,00	Projeto PBA20220110 00083 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 201/2022 PDI	UNIO-ESTE TOLEDO	R\$ 34.400,00	Projeto PBA20220110 00116 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 287/2022 PDI	FUNTEF PR	R\$ 36.000,00	Projeto BOS20212210 00003 – Chamada de Projetos CP n.º 16/2021	20/05/2022	Vigência de 15 meses a partir da data de assinatura
CV 289/2022 PDI	UNIO-ESTE BELTRÃO	R\$ 30.775,00	Projeto PBA20220110 00053 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 288/2022 PDI	UNIO-ESTE BELTRÃO	R\$ 20.814,00	Projeto PBA20220110 00007 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 198/2022 PDI	UNIO-ESTE TOLEDO	R\$ 35.000,00	Projeto PBA20220110 00079 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 282/2022 PDI	FUNTEF PR	R\$ 543.500,00	Projeto 18.843.804-0 – Processo de inexistência de CP n.º 06/2022	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 279/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00108 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 225/2022 PDI	UEL	R\$ 11.962,80	Projeto PBA20220110 00272 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 286/2022 PDI	UEL	R\$ 293.000,00	Projeto 18.470.998-8 – Processo de inexistência de CP n.º 03/2022	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 252/2022 PDI	UEL	R\$ 12.204,00	Projeto PBA20220110 00074 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura

CV 235/2022 PDI	UEL	R\$ 12.230,12	Projeto PBA20220110 00024 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 243/2022 PDI	UEL	R\$ 12.405,00	Projeto PBA20220110 00123 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 227/2022 PDI	UEL	R\$ 24.999,00	Projeto PBA20220110 00307 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 221/2022 PDI	UEL	R\$ 12.307,51	Projeto PBA20220110 00199 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 192/2022 PDI	UEPG	R\$ 154.933,66	Projeto SAN20212510 00040 – Chamada de Projetos CP n.º 17/2021	20/05/2022	Vigência de 15 meses a partir da data de assinatura
CV 167/2022 PDI	UNIO-ESTE CSC	R\$ 25.400,00	Projeto PBA20220110 00250 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 354/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00206 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 220/2022 PDI	UEL	R\$ 11.866,30	Projeto PBA20220110 00188 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 200/2022 PDI	UNIO-ESTE RONDON	R\$ 34.410,00	Projeto PBA20220110 00085 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 341/2022 PDI	UNIO-ESTE RONDON	R\$ 35.000,00	Projeto PBA20220110 00045 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 342/2022 PDI	UNIO-ESTE RONDON	R\$ 35.000,00	Projeto PBA20220110 00093 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 355/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00224 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 109/2022 PDI	UNILA	R\$ 19.062,50	Projeto PBA20220110 00179 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura

CV 113/2022 PDI	UNILA	R\$ 18.950,00	Projeto PBA20220110 00041 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 105/2022 PDI	UNILA	R\$ 19.062,50	Projeto PBA20220110 00027 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 356/2022 PDI	UEL	R\$ 12.306,00	Projeto PBA20220110 00269 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 214/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,79	Projeto PBA20220110 00171 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 236/2022 PDI	UEL	R\$ 12.410,09	Projeto PBA20220110 00028 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura
CV 359/2022 PDI	UEL	R\$ 39.988,00	Projeto EAX20220310 00007 – Chamada de Projetos CP n.º 04/2022	20/05/2022	Vigência de 15 meses a partir da data de assinatura
CV 230/2022 PDI	UEL	R\$ 25.000,00	Projeto PBA20220110 00005 – Chamada de Projetos CP n.º 09/2021	20/05/2022	Vigência de 27 meses a partir da data de assinatura

Ramiro Wahrhaftig
Presidente

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças

EXTRATO DE TERMO ADITIVO com fundamento no Ato da Diretoria Executiva da Fundação Araucária nº 034/2022 de 15 de março de 2022.

Instrumento	Instituição	Nº Aditivo	Valor Acréscimo	Valor Final Instrumento	Data de assinatura do Aditivo
121/2021 PDI	FUNTEF PR	1	R\$ 10.593,35	R\$ 82.593,35	11/05/2022
TC 021/2020	FUNTEF PR	2	R\$ 200,00	R\$ 49.827,00	11/05/2022

Ramiro Wahrhaftig
Presidente

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças

EXTRATO DE TERMO ADITIVO – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

Instrumento	Instituição	Nº Aditivo	Prazo para Execução do Projeto	Vigência prorrogada até data	Data de assinatura do Aditivo
TC 082/2019	FUNTEF PR	3	02/02/2023	02/05/2023	19/05/2022
014/2019	UEM	6	11/07/2022	11/10/2022	19/05/2022
012/2021 PDI	UNICENTRO	3	30/08/2022	30/11/2022	19/05/2022

Ramiro Wahrhaftig
Presidente

Gerson Koch
Diretor de Administração e Finanças

EXTRATO TERMO DE OUTORGA DE SUBVENÇÃO ECONÔMICA – FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA / FINEP

CP 01/2020 - PROGRAMA TECNOVA II

A FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO DO PARANÁ informa a relação das empresas/projetos contratados para a Concessão de subvenção econômica:

Contrato	Título proposta	Nome Da Empresa	Valor de Total Solicitado	Data Assinatura	Vigência
TCNV 028_2022	DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA AUTÔNOMO PARA CONTROLE E MANEJO DE IRRIGAÇÃO VIA COMUNICAÇÃO SEM FIO	PID Brasil Automação Industrial Eireli (PID Brasil).	R\$ 283.655,00	19/05/2022	Vigência de 24 meses a partir da data de assinatura
TCNV 030_2022	SEC – Smart Energy Control. Sistema de monitoramento de eficiência energética e manutenção preditiva industrial	Control Automação LTDA (CONTROL)	R\$ 280.000,00	19/05/2022	Vigência de 24 meses a partir da data de assinatura
TCNV 029_2022	Controle Eletrônico para geradores a biogás	TSD Engenharia	R\$ 308.000,00	20/05/2022	Vigência de 24 meses a partir da data de assinatura

CURITIBA, 20/05/2022

RAMIRO WAHRHAFTIG
Presidente da Fundação Araucária
GERSON LUIZ KOCH
Diretor Adm. Financeiro da Fundação Araucária

50643/2022

AUTARQUIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE APUCARANA
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 17/2022

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de serviços gráficos de Plotagem e Xerografia, monocromáticas e coloridas, a serem utilizados no departamento de Engenharia pertencente à Autarquia Municipal de Educação.

VALOR MÁXIMO: R\$ 18.528,00 (Dezoito mil, quinhentos e vinte e oito reais).

DATA DE REALIZAÇÃO: 06/06/2022 às 09:30 horas, na plataforma eletrônica compras.gov.br. O EDITAL pode ser obtido no Link: apucarana.atende.net/?pg=autoatendimento#!/tipo/servico/valor/8/padrao/1/load/1 ou na plataforma eletrônica, a partir do dia 25/05/2022. Esclarecimentos: licitacao.ame@apucarana.pr.gov.br.

Município de Apucarana, 23 de Maio de 2022.

51045/2022

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FOZ DO IGUAÇU – PR
AVISO DE SUSPENSÃO E REABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2022

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços de Sistema de Ar Condicionado Central VRF (Variable Refrigerant Flow ou Fluxo de Refrigerante Variável), incluindo aquisição e instalação completa de todos os equipamentos, acessórios e infraestruturas necessárias para o perfeito funcionamento do sistema de ar condicionado central VRF, como também montagem, partida e balanceamento dos equipamentos e complementos do sistema completo, nas dependências do Hospital Municipal Padre Germano Lauck – HMPGL. O Pregoeiro Oficial da Fundação Municipal de Saúde de Foz do Iguaçu/Pr, no uso de suas atribuições legais, comunica a SUSPENSÃO do Pregão Eletrônico nº 029/2022 cuja abertura estava prevista para o dia 26 de maio de 2022, em virtude de necessidade de correções no termo de referência. Fica agendada a REABERTURA das propostas para o dia **06 de junho de 2022 às 9h** ID: 938217. O edital poderá ser retirado no site <https://transparencia.hmpgl.com.br/portal-da-transparencia/licitacoes/>. Maiores informações podem ser obtidas pelo telefone (45) 3521-1776 ou e-mail: licitacao.hmpgl@gmail.com no horário de expediente da Fundação Municipal de Saúde, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min, de 2ª a 6ª feira.

Foz do Iguaçu-PR, 24 de maio de 2022.

Anderson Urias da Silva
Pregoeiro
Portaria 090/2022

51201/2022

ATO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA Nº 01/2002

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR

O presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária, no uso das atribuições que lhe conferem os estatutos e tendo em vista os resultados da reunião ordinária realizada no dia 18 de março de 2002,

Considera:

Aprovado o Regimento Interno do Conselho Superior da Fundação, na forma do Anexo que integra este documento.

Este Regimento Interno entra em vigor nesta data.

RAMIRO WAHRHAFTIG

Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária

ANEXO AO QUE SE REFERE O ATO Nº 01/2002

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO SUPERIOR DA FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E DAS FINALIDADES

Art. 1º - O Conselho Superior, criado pelo Estatuto da Fundação, é órgão colegiado da Fundação Araucária e tem a finalidade formular, deliberar e implementar a política de desenvolvimento científico e tecnológico da Fundação Araucária, nos termos do art. 3º dos seus estatutos, e reger-se-á por este Regimento Interno e demais normas e procedimentos aplicáveis.

Art. 2º - O Conselho Superior pautar-se-á pela observância dos seguintes princípios:

- I. zelar pelo cumprimento da missão, dos objetivos, das diretrizes e dos compromissos sociais e de interesse público da Fundação, instituída nos moldes da Lei Civil e com autorização da Promotoria de Justiça das Fundações, do Ministério Público do Paraná, sob o nº 045/99.
- II. induzir, de forma constante e permanente, ao cumprimento pela Fundação Araucária de seus objetivos instituídos, através de programas, projetos e respectivos orçamentos, em prol do desenvolvimento científico e tecnológico do Estado;
- III. garantir a produtividade e qualidade em todas as ações, produtos e serviços da Fundação, através de deliberações, opiniões, decisões, votos e atos, com o propósito voltado ao êxito constante e à perenidade da Fundação.

CAPÍTULO II - DA COMPOSIÇÃO, DOS MANDATOS E DO PROVIMENTO

Art. 3º - O Conselho Superior compõem-se pelos seguintes membros:

- I. O presidente do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia;
- II. Um representante da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI, indicado pelo Secretário de Estado;
- III. Um representante do Conselho Paranaense de Pró-Reitores de Pós-Graduação e Pesquisa - CPPG, indicado por este;
- IV. Um representante da Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público – APIESP, indicado por esta;
- V. Um representante das entidades privadas da área da Qualidade e Produtividade no Estado do Paraná, indicado pelos dirigentes representantes do setor;
- VI. Um Reitor e um docente/pesquisador, representantes das entidades privadas/comunitárias de ensino superior do Estado do Paraná, indicados pelos dirigentes representantes do setor;
- VII. Um representante do setor empresarial, indicado pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP;
- VIII. Um representante da comunidade tecnológica paranaense, indicado por dirigentes representantes do setor;
- IX. Um representante das instituições de pesquisa do Paraná, indicado por dirigentes representantes do setor;
- X. Três representantes das instituições estaduais de ensino superior do Paraná, indicados por dirigentes representantes do setor.

www.FundacaoAraucaria.org.br

Art. 4º - A composição do Conselho Superior será feita por indicação, cabendo aos representantes das categorias a que se referem os incisos II à X do Art. 3º, a indicação de seus substitutos, por meio de lista dupla entregue ao presidente do Conselho, para as providências cabíveis.

§ 1º - A indicação deverá ser realizada em reunião subsequente às indicações e mediante convocação específica do presidente do Conselho, com prazo máximo de 10 (dez) dias antes do encerramento do mandato dos Conselheiros.

§ 2º - Os Membros do Conselho Superior serão empossados pelo Presidente, em reunião própria.

§ 3º - O mandato dos membros do Conselho é de quatro anos, admitida uma recondução.

§ 4º - A renovação do Conselho Superior ocorrerá em 50% (cinquenta por cento) de seus membros, obedecendo sequência bianual e de forma alternada com precedência para os representados das alíneas II, IV, V, VI e VIII, do Art. 3º.

§ 5º - O Presidente do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia é Membro Nato do Conselho Superior.

§ 6º - No caso de vacância do cargo, em reunião deliberativa o Presidente do Conselho indicará o substituto para completar o mandato.

§ 7º - A presidência do Conselho Superior será definida em eleição entre seus membros, e por voto da maioria dos seus membros.

Art. 5º - Considerar-se-á extinto o mandato dos membros do Conselho antes do período determinado por nomeação, nos casos de:

- I. morte;
- II. renúncia, ou
- III. ausência injustificada a 03 (três) reuniões consecutivas ou quatro alternadas sem justificativa.

Art. 6º - A participação no Conselho Superior não será remunerada, sendo considerada como relevantes serviços prestados ao desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do Estado.

Art. 7º - Os Conselheiros que venham a ser indicados para integrar a Diretoria da Executiva da Fundação, devem renunciar ao assumirem as funções executivas.

CAPÍTULO III - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 8º - É de competência exclusiva do Conselho Superior:

- I. determinar o âmbito e a forma de atuação, definir as políticas, diretrizes, estratégias e planos de trabalho da Fundação, para consecução de seus objetivos;
- II. aprovar os convênios, os Contratos de Gestão ou Termos de Parceria ou documentos similares a serem firmados com o Poder Público Estadual, Federal, Municipal ou com entidades privadas;
- III. aprovar a proposta orçamentária e o programa de investimentos da Fundação;
- IV. nomear e dispensar os membros do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva;
- V. aprovar o regimento interno da Fundação, que deverá dispor – no mínimo – sobre a estrutura, formas de gestão, cargos e competências e suas alterações;
- VI. aprovar por quórum qualificado de dois terços de seus membros, o regulamento próprio contendo procedimentos a serem adotados para a contratação de obras, serviços, compras e alienações e o plano de cargos, salários e benefícios dos empregados da Fundação, cujas contratações serão regidas pela CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas;
- VII. aprovar e encaminhar, quando couber, ao órgão superior de fiscalização da execução de Contratos de Gestão ou Termos de Parceria, os respectivos relatórios, elaborados pela Diretoria Executiva;

- VIII. fiscalizar o cumprimento das diretrizes e metas definidas, auditar a gestão, examinar atos e documentos administrativos e, após parecer do Conselho Fiscal, aprovar os demonstrativos financeiros e contábeis e as contas anuais da Fundação, com o auxílio de Auditoria externa independente, se solicitado pelo Conselho Fiscal e determinado pelo Ministério Público.
- IX. aprovar as alterações do Regimento Interno, por meio de dois terços, no mínimo, de seus membros.

CAPÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 9º - O Conselho Superior disporá, para efeitos operacionais, da seguinte organização interna:

- I. Plenário;
- II. Presidente; e
- III. Secretário.

SEÇÃO I - DO PLENÁRIO

Art. 10 - O Plenário é constituído pelo conjunto de Conselheiros e reunir-se-á, ordinariamente, a cada seis meses e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou a requerimento de, no mínimo, um terço dos seus membros.

SEÇÃO II - DO PRESIDENTE

Art. 11 - Compete ao Presidente do Conselho Superior:

- I. coordenar a atuação do Conselho;
- II. proporcionar os meios necessários ao bom andamento das reuniões ordinárias e extraordinárias, zelando pela execução da política e das deliberações aprovadas pelo Conselho;
- III. presidir as reuniões do Conselho, cabendo-lhe, nas decisões que o exigirem, o direito ao voto de qualidade;
- IV. baixar os atos administrativos necessários ao bom funcionamento do Conselho;
- V. exercer, para todos os fins, a representação do Conselho Superior.

SEÇÃO III - DO SECRETÁRIO

Art. 12 - O Secretário será eleito pelo Conselho dentre seus membros, podendo também, por consenso, ser indicado um dos diretores da Fundação Araucária, e terá por competência:

- I. dar início às providências administrativas e de apoio técnico necessárias ao andamento e desempenho dos trabalhos do Conselho;
- II. preparar a agenda e a pauta das reuniões do Conselho, mediante contatos prévios com os seus membros;
- III. preparar os expedientes e incumbir-se de atividades secretariais decorrentes das reuniões do Conselho;
- IV. lavrar as atas das reuniões do Conselho;
- V. manter sob sua guarda os livros de atas e dos registros magnéticos, da documentação e dos arquivos do Conselho;

- VI. transmitir aos membros do Conselho os avisos de notificação de reunião;
- VII. executar as demais atividades compatíveis com a sua função, bem como as que lhe forem determinadas pelo Presidente ou por consenso do Plenário.

CAPÍTULO V - DO FUNCIONAMENTO

Art. 13 - O Conselho reunir-se-á, em primeira convocação com a presença de no mínimo metade de seus membros, para as matérias deliberativas.

§ 1º - A falta de quorum a que se refere deste artigo, resultará em Segunda Chamada o que ocorrerá em ato contínuo e num intervalo de quarenta e cinco minutos, admitida nesta chamada o funcionamento do Conselho com qualquer número.

§ 2º - No caso da reunião em Segunda Chamada constatar ausência de pelo menos 10% (dez por cento) do quorum anterior registrado, haverá nova convocação no prazo determinado de 05 (cinco) dias.

Art. 14 - A juízo do Presidente ou da maioria do Plenário, poderão participar das reuniões, sem direito a voto, pessoas convidadas para contribuir com informações e orientações técnicas de interesse ao Conselho.

Art. 15 - As convocações para as reuniões ordinárias e extraordinárias, acompanhadas das respectivas pautas de trabalho, serão realizadas com a antecedência mínima de dez dias consecutivos.

§ 1º - Em casos de urgência, o prazo previsto no “caput” deste artigo poderá ser reduzido, a critério do Presidente.

§ 2º - Poderá ser incluída em pauta de trabalho, em caráter excepcional, a critério do Presidente, matéria distribuída em pauta suplementar, no início da reunião, sem observância do prazo a que se refere o caput deste artigo.

§ 3º - As matérias da pauta de trabalho, a que se refere o caput e o § 2º deste artigo, deverão ser instruídas com os documentos essenciais para a sua melhor compreensão e necessário julgamento.

§ 4º - O Conselho somente deliberará sobre matéria inclusa em pauta.

Art. 16 - Verificado o quorum para a reunião, o Presidente abrirá a sessão, colocando em discussão para aprovação, convalidação ou adendo a ata da reunião anterior e a pauta do dia.

Parágrafo único - As matérias constantes da pauta do dia serão discutidas, observada a devida seqüência, podendo, entretanto, o Presidente, a seu critério ou a juízo da maioria dos presentes, decidir pela inversão na ordem estabelecida ou, ainda, conceder preferências.

Art. 17 - Em qualquer momento da reunião poderão ser retiradas matérias constantes da pauta:

- I. para reexame;
- II. para instrução complementar;
- III. em virtude de fato superveniente;
- IV. em conseqüência de pedido de vistas.

§ 1º - Os pedidos de vistas deverão ser justificados, cabendo ao Presidente, a consenso da maioria simples dos presentes, a fixação do respectivo prazo.

§ 2º - As matérias retiradas da pauta obedecerão aos procedimentos de urgência, devendo ser incluídas, preferencialmente, entre as matérias que constarem da pauta de trabalho da sessão subsequente.

§ 3º - As questões de ordem suscitadas durante os trabalhos serão resolvidas de plano pelo Presidente.

Art. 18 - Observar-se-ão, para a votação de matérias deliberativas, os seguintes preceitos:

I. voto em escrutínio secreto:

- a) em decisão sobre sanções disciplinares pertinentes aos atos praticados pela Diretoria executiva da Fundação;
- b) quando requerido por qualquer Conselheiro, a juízo da maioria dos membros em Plenário.

II. voto aberto:

- a) indicação e/ou composição da Diretoria da Fundação;
- b) eleição dos Conselheiros;
- c) demais casos.

§ 1º - Em votação aberta, os Conselheiros poderão apresentar seus votos por escrito, com o propósito de fazer constar em ata.

§ 2º - Caberá ao Presidente do Conselho o direito a voto de qualidade, exceto quando se tratar de decisão através de escrutínio secreto.

§ 3º - Deverá ser registrado em ata o número de votos favoráveis, contrários, em branco, nulos e as abstenções.

Art. 19 - Das atas da reunião deverão constar:

- I. a natureza da sessão, dia, hora, local de sua realização e quem a presidiu;
- II. o nome dos Conselheiros presentes e dos ausentes;
- III. os questionamentos surgidos quanto à ata da sessão anterior, a votação desta, bem como as retificações encaminhadas por escrito ao Presidente do Conselho;
- IV. os fatos e argumentações técnicas ocorridas em Plenário, e, ainda, a síntese dos debates e o resultado do julgamento das questões integrantes da pauta do dia, com a transcrição ou resumo de documentos discutidos, as propostas apresentadas e os votos declarados por escrito.

Parágrafo único: Os editais, cartas impressas ou eletrônicas destinadas a convocação do Conselho, serão encaminhados a todos os membros, mediante protocolo ou correio registrado, num prazo de 10 dias de antecedência.

Art. 20 - É vedado ao Conselho Superior à manifestação sobre assuntos que não se relacionem com os seus objetivos.

Art. 21 - Os membros do Conselho Superior, que tenham conhecimento de matéria sigilosa, sujeitam-se ao que, a respeito, esteja fixado em lei.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 22 - O Presidente do Conselho Superior poderá recorrer a consultores *ad hoc* e ao(s) Comitê(s) Assessor(es) de Área da Fundação para a análise de matérias específicas, em atendimento às solicitações de interesse do Conselho.

Art. 23 - O Presidente e demais diretores da Fundação Araucária poderão participar das Reuniões Deliberativas do Conselho, com direito a voz mas sem direito a voto.

Art. 24 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário do Conselho Superior.

* * *



PARANÁ

Gabinete do Governador

Palácio Iguaçu – Curitiba, 10 de janeiro de 2019
OF CEE/G 023/19

e-Protocolo n.º 15.537.456-0

Senhor Diretor-Geral,

Reportando-me ao OF DG/SETI 002/2019, apresento a Vossa Senhoria a indicação do Senhor RAMIRO WAHRHAFTIG, CPF 321.770.549-15, RG 952.291-3, para o cargo de Diretor-Presidente da Fundação Araucária.

Atenciosamente,


CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

Ao Senhor
LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Diretor-Geral da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino
Superior
CURITIBA – PR

CTE/EE/EN/2019/05

Inserido ao protocolo 15.537.456-0 por: Maycon Vieira da Silva em: 14/01/2019 09:24.

CONSELHO SUPERIOR

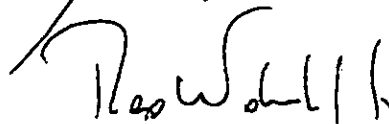
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR- PRESIDENTE, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 10 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 023/19 e e-protocolo 15.537.456-0, nos termos do Estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor-Presidente, com vencimento fixado no nível E-15.

1. RAMIRO WAHRHAFTIG, RG 952.291-3; CPF 321.770.549-15.



Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária



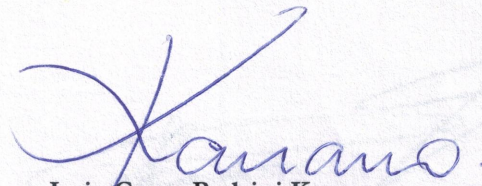
Ramiro Wahrhaftig
Diretor-Presidente da Fundação Araucária

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR-PRESIDENTE, NA FORMA ABAIXO:

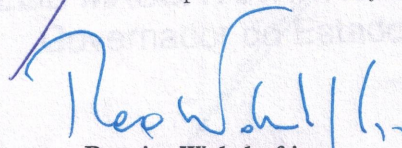
Às 9 horas do dia 10 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 023/19 e e-protocolo 15.537.456-0, nos termos do Estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor-Presidente, com vencimento fixado no nível E-15.

1. RAMIRO WAHRHAFTIG, RG 952.291-3; CPF 321.770.549-15.



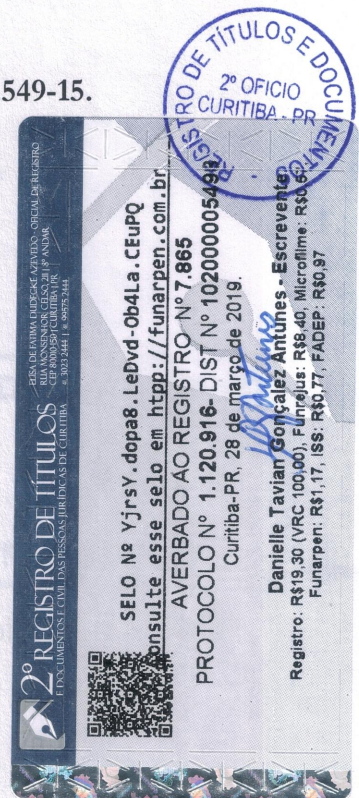
Luiz Cezar Pedrini Kawano

Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária



Ramiro Wahrhaftig

Diretor-Presidente da Fundação Araucária



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas - Curitiba - PR
Nilo Ubirajara de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 102-5498 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: gw22R . 0XJtp . iJbn - kaChD . hDwm
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS
Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib IIIa, IIII, IV e nota 2;
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,193

DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs) R\$16,21

Assessoria Jurídica
Júlio Cezar B. Silva
OAB/PR 31062



PARANÁ

Palácio Iguazu – Curitiba, 29 de janeiro de 2019
OF CEE/G 060/19

e-Protocolo n.º 15.554.642-5

Senhor Secretário,

Reportando-me ao OF GS/SETI 013/2019, apresento a Vossa Excelência a indicação do Senhor GERSON LUIZ KOCH, RG 754.751-0, para exercer o cargo de Diretor Administrativo-Financeiro da Fundação Araucária.

Atenciosamente,



CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em
exercício
CURITIBA – PR

CEE/CEVF/JCS

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR - PRESIDENTE, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 29 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 060/19 e e-protocolo 15.554.642-5, nos termos do estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor Administrativo e Financeiro, com vencimento, com vencimento fixado no nível E-14.

1. GERSON LUIZ KOCH, RG 754.751-0.



Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária



Gerson Luiz Koch
Diretor Administrativo e Financeiro

CONSELHO SUPERIOR

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 29 de janeiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 060/19 e e-protocolo 15.554.642-5, nos termos do estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor Administrativo e Financeiro, com vencimento fixado no nível E-14.

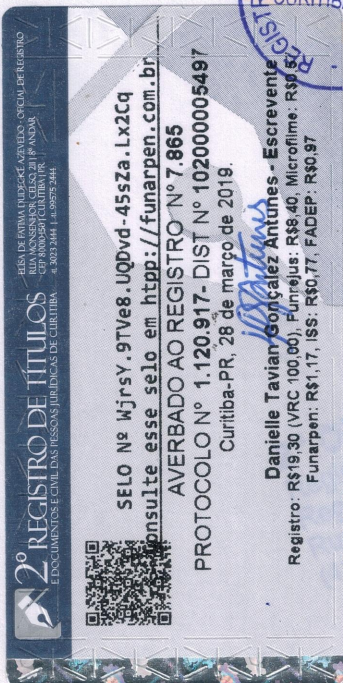
1. GERSON LUIZ KOCH, RG 754.751-0.



Luiz Cezar Pedrini Kawano
Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária

Gerson Luiz Koch
Gerson Luiz Koch
Diretor Administrativo e Financeiro

Diretor Administrativo e Financeiro



2º Ofício Distribuidor de Títulos e Documentos
Nilo Ubirajara de Souza Sampaio - Titular

DISTRIBUÍDO SOB Nº 102-5497 AO 2º OFÍCIO

Selo Digital: gw22R . 0XJtp . Etbjn - bPvhd . hDws
Consulte esse selo em <http://funarpen.com.br>

CUSTAS

Lei Estadual nº11960/97, Tabela XVI-Distrib II, III, IV e nota 2:
Cobrança selo em cumprimento ao Ofício do FUNARPEN VRCs 0,193

[DISTRIBUIÇÃO (70 VRCs)	R\$16,21
[AVERBAÇÃO (26 VRCs)	R\$ 6,01
[SELO	R\$ 2,34

Curitiba, 07/02/2019

Assessoria Jurídica
Júlio Cezar A. Silva
OAB/PR 51062



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
Gabinete do Governador

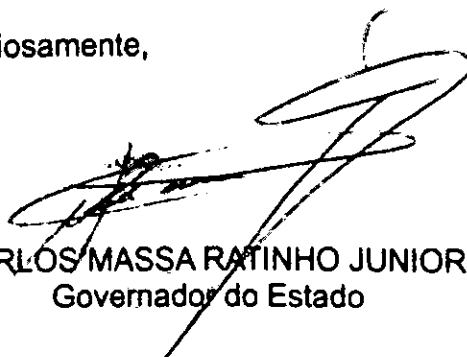
Palácio Iguaçu – Curitiba, 4 de fevereiro de 2019
OF CEE/G 072/19

e-Protocolo n.º 15.554.642-5

Senhor Secretário,

Reportando-me ao OF GS/SETI 013/2019, apresento a Vossa Excelência a indicação do Senhor LUIZ MÁRCIO SPINOSA, RG 3.439.606-0, para exercer o cargo de Diretor Técnico da Fundação Araucária.

Atenciosamente,



CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

Excelentíssimo Senhor
LUIZ CEZAR PEDRINI KAWANO
Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior em
exercício
CURITIBA – PR

CEE/CBVFUQ/8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora da Salette, s/nº | 81530-900 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fones: (41) 3300-2000 | Fax: (41) 3300-2000 | cc@pr.gov.br

CONSELHO SUPERIOR

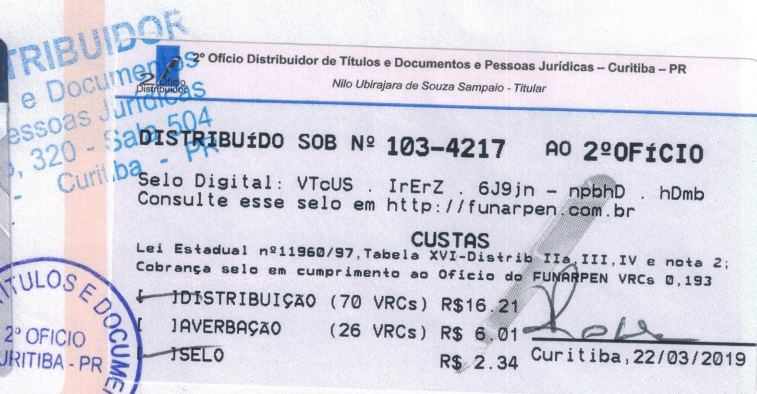
TERMO DE POSSE E COMPROMISSO TOMADO PELO MEMBRO DIRETOR TÉCNICO, NA FORMA ABAIXO:

Às 9 horas do dia 04 de fevereiro de 2019, na sala de reuniões da Fundação Araucária perante o Presidente do Conselho Superior, Sr. Luiz Cezar Pedrini Kawano, conforme OF. CEE/G 072/19 e e-protocolo 15.554.642-5, nos termos do estatuto da Fundação Araucária de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Paraná, tomou posse no cargo e exercício de Diretor Técnico, com vencimento fixado no nível E-14.

1. LUIZ MÁRCIO SPINOSA, RG 3.439.606-0.

Luiz Cezar Pedrini Kawano
Luiz Cezar Pedrini Kawano
Presidente do Conselho Superior da Fundação Araucária

Luiz Márcio Spinosa
Luiz Márcio Spinosa
Diretor Técnico





Voltar Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.579.617/0001-00
Razão Social: FUNDACAO ARAUCARIA
Endereço: AV AV COMENDADOR FRANCO 1341 CIETEP / JARDIM BOTANICO /
CURITIBA / PR / 80215-090

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 04/08/2022 a 02/09/2022

Certificação Número: 2022080400595559028214

Informação obtida em 12/08/2022 10:56:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 9.561.888
CNPJ: 03.579.617/0001-00
Nome: FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças e créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa junto à Procuradoria Geral do Município (PGM).

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.
Emitida às 14:02 do dia 09/03/2022.
Código de autenticidade da certidão: 091D6B0EA1FE491F8A0C8ED206565193C7
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 07/06/2022 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: FUNDACAO ARAUCARIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.579.617/0001-00

Certidão nº: 25983748/2022

Expedição: 12/08/2022, às 10:57:43

Validade: 08/02/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FUNDACAO ARAUCARIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.579.617/0001-00**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná



Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 026696064-03

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.579.617/0001-00**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/09/2022 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: FUNDAÇÃO ARAUCARIA
CNPJ: 03.579.617/0001-00

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:23:36 do dia 06/06/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 03/12/2022.

Código de controle da certidão: **09A3.1236.C728.8667**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CHECK LIST
Diretoria de Projetos e Convênios - UNESPAR

Processo Nº:

- 1) Concedente: FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA
- 2) Convenente: UNESPAR

- () Estágio;
- (x) Pesquisa;
- () Extensão;
- () Cultura;
- () Cessão;

1) Dos documentos do processo apresentados por meio do e-protocolo:

- (X) Memorando de solicitação para a celebração do Convênio/Cooperação (folhas 58 a 72);
- (X) Projeto/Plano de Trabalho (folhas 38 a 54);
- (X) Instrumento preenchido (folhas 02 a 16);
- (X) Parecer da Divisão de Pesquisa do campus, da regularidade da aprovação, registro e vigência, objeto, coordenador do registro do Projeto de Pesquisa (somente para Termos vinculados à Pesquisa) (folhas 56 a 57);
- (X) Ato/regulamento/estatuto constitutivo da entidade convenente (folhas 78 a 83);
- (X) Certidão Federal (folha 96);
- (X) Certidão Estadual (folha 95);
- (X) Certidão Municipal (folha 93);
- (X) Certidão FGTS CRF (folha 92);
- (X) Certidão de Débitos Trabalhistas (folha 94);
- (X) Certidão TCE/PR (folha 32);
- (X) Comprovação de que a pessoa que assinará o Termo detém competência para este fim específico (folhas 84 a 91);
- (X) Indicação de Gestor (folhas 90 a 91);
- (X) Indicação de Fiscal (folhas 66 a 67);
- (X) Comprovante de abertura de conta bancária (folhas 29 a 31)
- (X) Roteiro descritivo e termo de compromisso do projeto (folhas 17 a 28)
- (X) Publicação DIOE (paginas 75 a 77)

Paranavaí, 12 de agosto de 2022.

Roberto da Silva Garcia
Assistente da Diretora de Projetos e Convênios
Pró-Reitora de Planejamento - Unespar



ePROCOLO



Documento: **PROTOCOLO18.944.3838.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Roberto da Silva Garcia** em 17/08/2022 16:13.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Roberto da Silva Garcia** em: 17/08/2022 16:12.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
bef65d4451e4dc156a4dc5938965a92b.

PARECER TÉCNICO 047/2022
Diretoria de Projetos e Convênios - UNESPAR

Processo Nº: 19.335.825-0

- 1) Concedente: Fundação Araucária do Paraná
- 2) Conveniente: Universidade Estadual do Paraná - Unespar.

Objeto do Convênio:

O presente Convênio visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTICIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde.

2) Dos Encaminhamentos:

- I) Análise e Parecer Técnico da Diretoria de Projetos e Convênios;
- II) À Procuradoria Jurídica da Unespar;
- III) Ao Pró-Reitor de Planejamento para apreciação e possível inclusão na pauta de reunião do Conselho de Planejamento de Administração e Finanças da Unespar;
- IV) Conselho de Planejamento de Administração e Finanças da Unespar.

3) Parecer Técnico:

Considerando:

- 1) O Termo de Convênio 075/2022 - Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde, celebrado entre a Fundação Araucária do Paraná e a Unespar, que prevê o desenvolvimento de Projeto de Pesquisa, sob coordenação do prof. Carlos Alexandre Molena Fernandes;
- 2) O valor do Convênio de R\$ 22.000,00.

Esta Diretoria é de Parecer Técnico favorável, a continuidade da tramitação nas demais unidades do processo.

É o parecer.

Paranavaí, 18 de agosto de 2022.

Gisele Maria Ratigueri
Diretora de Projetos e Convênios
Pró-Reitora de Planejamento - Unespar



ePROCOLO



Documento: **ParecerTecnico047.2022FA075.2022.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 18/08/2022 08:40.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 18/08/2022 08:40.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
28c444875a6b49c2441d4680c01ff23f.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVENIOS**

Protocolo: 18.944.383-8
Assunto: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 18/08/2022 08:41

DESPACHO

Paranavaí, 18/08/2022.

Prezado Procurador Jurídico da Unespar, Paulo Sérgio Gonçalves.

Considerando o Parecer Técnico 047/2022 - DPC e demais documentos do presente protocolado.

Solicitamos por gentileza, análise e Parecer Jurídico à celebração do Termo e, se necessário, dispensa de licitação.

Agradecemos.

Respeitosamente,

Gisele Ratiguieri

Diretora de Projetos e Convênios

PROPLAN/UNESPAR



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_4.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 18/08/2022 08:41.

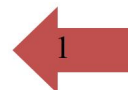
Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 18/08/2022 08:41.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
4c2c03e6bc122db222c2f29a9a7d8a3f.

PARECER N. 045/2022-DI-ADM-PROJUR/UNESPAR



Protocolo Digital: 18.944.383-8

EMENTA: Termo de Convênio Nº 75/2022 PD&I, para pesquisa, desenvolvimento e inovação que entre si celebram a a Fundação Araucária do Paraná e a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR.

Objeto: Minuta do Termo de Convênio que visa a execução do projeto intitulado “Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde”, protocolo nº PBA2022011000253.

Interessado(s): Diretora de Projetos e Convênios da UNESPAR.

I. Histórico

Trata-se de processo encaminhado pela Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR, Sra. Gisele Ratigueri, solicitando parecer técnico acerca da Minuta do Termo de Convênio n.075/2022, celebrado entre a Fundação Araucária do Paraná e a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR, que visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTÍCIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado “Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde, protocolo nº PBA2022011000253, nos termos do Protocolo Digital n.º 18.944.383-8, controlado pelo Sistema de Protocolo Integrado WEB E-PROTÓCOLO, sendo encaminhado o volume do processo eletrônico e o fluxo de trabalho.

O Processo segue acompanhado dos seguintes documentos:

- Fls.58 a 72 – Termo de Convênio 075/2022;
- Fls.39 a 54 e 17 a 28 – Projeto/Plano de Trabalho;
- Fls.29 a 31 – Contrato de Conta Bancária específica para Convênio;
- Fls.34 – Certidão Negativa de débitos Trabalhistas em nome da Unespar;
- Fls.35 - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual da Unespar;
- Fls.36 - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Municipal da Unespar;
- Fls.37 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, em nome da Unespar;
- Fls.32 - Certidão Liberatória TCE/PR;
- Fls.33 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União da Unespar;
- Fls.57 - Autorização de liberação de recursos do Convênio;
- Fls.75 a 77 - Publicação em Diário Oficial;
- Fls.79 a 83 - O Regimento Interno da Fundação Araucária;
- Fls.84 a 91 - Os Termos de Posse dos membros da Fundação Araucária;
- Fls.95 - Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual em nome da Fundação Araucária;
- Fls.92 - Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, em nome da Fundação Araucária;
- Fls.93 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Municipais;
- Fls.94 – Certidão Negativa de débitos Trabalhistas em nome da Fundação Araucária;
- Fls.96 - Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em nome da Fundação Araucária;
- Fls.97 a 98 - Parecer Técnico 047/2022 da Diretoria de Projetos e Convênios – UNESPAR;

Fls.99 – Despacho da Diretora de Projetos e Convênios – UNESPAR, solicitando Parecer Jurídico, e dispensa de licitação, se for o caso.

Feito o breve relatório, seguem as considerações.

2

I- Minuta do Termo de Convênio

O Termo de Convênio 075/2022 visa à realização conjunta de atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) entre os PARTÍCIPES, em regime de mútua colaboração, tendo por objeto a execução do projeto intitulado “Efetividade de um programa multiprofissional de tratamento da obesidade no controle da ansiedade e depressão em pacientes adultos atendidos na atenção primária à saúde”, protocolo nº PBA2022011000253, em conformidade com o Plano de Trabalho (Anexo I), de onde destacam-se as seguintes cláusulas:

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

Promover o fortalecimento da produção científica, tecnológica e de inovação, por meio da concessão de apoio financeiro para a execução de projetos de pesquisa nas áreas do conhecimento que apresentem aderência aos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPIs) que vêm sendo fomentados pela Fundação Araucária ou que apontam aderência às áreas prioritárias identificadas pelo Conselho Paranaense de Ciência, a saber: Áreas prioritárias do CCT-Paraná: Agricultura & Agronegócio; Biotecnologia & Saúde; Energias Inteligentes; Cidades Inteligentes; Educação, Sociedade & Economia. Áreas transversais: Desenvolvimento Sustentável; Transformação Digital. Em relação às áreas prioritárias segue detalhamento na Nota Técnica 02/2021 da Fundação Araucária (<http://www.fappr.pr.gov.br/Pagina/Atos-Notas-e-Comunicados>). Além das áreas citadas, será valorizada a aderência das propostas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aspecto que é recomendado na apresentação dos projetos a serem submetidos (www.odsbrasil.gov.br).

O prazo de vigência do Convênio é de 27(vinte e sete) meses após a sua assinatura, para cumprimento do objeto do convênio e prestação de contas final, conforme elencado na Cláusula Terceira - Da Vigência e ao Edital de Chamada Pública.

Tem-se na Cláusula Sexta, que o valor do Convênio é do total de R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) que serão repassados conforme o cronograma físico-financeiro constante do Plano de Trabalho, de modo que as despesas deste Convênio estão devidamente reguladas pela fonte de recursos do Fundo Paraná, instituído pela Lei nº. 12.020/1998 e devem ser executadas de acordo com o Plano de Trabalho anexo, da seguinte forma:

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS (...)

A CONCEDENTE transferirá os recursos previstos na Cláusula Sexta em favor da ICTPR em conta específica, aberta em Banco Oficial, vinculada ao presente instrumento, onde serão movimentados na forma da legislação específica.

Parágrafo PRIMEIRO - A liberação da primeira parcela ocorrerá em até 30 dias a partir da data de assinatura do presente instrumento, mediante a apresentação das certidões de regularidade da ICTPR, tais como Certidão Liberatória expedida pelo Tribunal de Contas, Certidão Negativa de Débitos Tributários e da Dívida Ativa Estadual, Certidão Negativa de Tributos Federais/INSS, Certidão de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Tributos Municipais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista, dentre outras que venham a ser exigidas por lei.

A fiscalização do convênio por parte da Fundação Araucária ficará a cargo do o Diretor Técnico (Científico) Prof. Dr. Luiz Márcio Spinosa, conforme a Cláusula

Décima Segunda, parágrafo primeiro. Já a Unespar, tem como coordenador do projeto o Prof. Doutor Carlos Alexandre Molena Fernandes, conforme se observa no Projeto CP n.09/2021, anexo às fls.39.

3

II- Da Legislação

O presente convênio deverá observar as disposições da Lei Estadual nº 20.541/2021, da Lei Estadual nº 15.608/2007, e, subsidiariamente da Lei Federal nº 14.133/2021, além das demais legislações pertinentes.

No que diz respeito às obrigações legais fica da CONVENIENTE, dentre outras, o dever de observar o previsto na Resolução nº 028/2011 –TCE/PR e regulamentada pela Instrução Normativa 61/2011.

Com relação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei Federal nº 13.709/2018, cumpre mencionar que o tratamento de dados para a execução deste Convênio tem como Bases Legais as hipóteses previstas nos art.7º, III e do art.11, II “b”:

Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses:

I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular;

II - para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

III - pela administração pública, para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres, observadas as disposições do Capítulo IV desta Lei;

(...)

Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

II - sem fornecimento de consentimento do titular, nas hipóteses em que for indispensável para:

a) cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador;

b) tratamento compartilhado de dados necessários à execução, pela administração pública, de políticas públicas previstas em leis ou regulamentos;

No mesmo sentido, sempre deverá ser observada a base legal que legitime o tratamento dos dados pessoais, e não sendo aquelas previstas para a execução do presente Convênio, justificar o enquadramento da base legal de tratamento cabível, como prevê a Cláusula Décima Quarta (fls.12/52 a 13):

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Caso o objeto envolva o tratamento de dados pessoais com fundamento no consentimento do titular, a ICTPR deverá observar, ao longo de toda a vigência deste Convênio, todas as obrigações legais e regulamentares específicas vinculadas a essa hipótese legal de tratamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao receber o requerimento de um titular de dados, na forma prevista nos artigos 16 e 18 da Lei Federal nº 13.709/2018, a ICTPR deve:

a) notificar imediatamente a CONCEDENTE;

b) auxiliá-la, quando for o caso, na elaboração da resposta ao requerimento; e

c) eliminar todos os dados pessoais tratados com base no consentimento em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do requerimento do titular;

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os PARTÍCIPES armazenarão dados pessoais apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e em conformidade com as hipóteses legais que autorizam o tratamento.

PARÁGRAFO QUARTO - Os PARTÍCIPES devem assegurar que o acesso a dados pessoais seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste

Convênio e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo e confidencialidade.

PARÁGRAFO QUINTO - A ICTPR deve, enquanto operadora de dados pessoais, implementar medidas técnicas e organizacionais apropriadas para o cumprimento das obrigações previstas na Lei Federal nº 13.709/2018.

PARÁGRAFO SEXTO - Considerando as características específicas do tratamento de dados pessoais e o estado atual da tecnologia, a ICTPR deverá adotar medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados e informações de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A ICTPR deverá notificar a CONCEDENTE imediatamente sobre a ocorrência de incidentes de segurança relacionados a dados pessoais, fornecendo informações suficientes para que a CONCEDENTE cumpra quaisquer deveres de comunicação, dirigidos à Autoridade Nacional de Proteção de Dados e/ou aos titulares dos dados, acerca do incidente de segurança.

PARÁGRAFO OITAVO - Os PARTICIPES deverão adotar as medidas cabíveis para auxiliar na investigação e na mitigação das consequências de cada incidente de segurança.

PARÁGRAFO NONO - É vedada a transferência de dados pessoais, pela ICTPR, para fora do território do Brasil sem o prévio consentimento, por escrito, da CONCEDENTE, e demonstração da observância da adequada proteção desses dados, cabendo à ICTPR a responsabilidade pelo cumprimento da legislação de proteção de dados ou de privacidade de outro(s) país(es) que for aplicável.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A ICTPR responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados a CONCEDENTE ou a terceiros decorrentes do descumprimento da Lei Federal nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas a este Convênio, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização da CONCEDENTE em seu acompanhamento.(...)

III - Da dispensa de licitação – Chamamento Público - Fundação Araucária

No que se refere aos termos de convênio, vale observar a lei 8.666/1993 (art.17, 24, 25 e 89) ou a nova Lei de Licitações (Lei 14.133 de 2021, art.74 e 184), no que couber. **Quando se tratar de uma convergência de interesses, onde inexistam ações de natureza contratual, e quando se tratar de convênios entre entes da federação não há que se falar em licitação ou dispensa.**

Porém, quando o convênio for entre entidades estatais e entidades particulares, existe a necessidade ou ao menos pode ser questionada a necessidade de licitação.

Por sua vez, consta na Lei de licitações do Paraná:

Art. 134. A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelo Estado do Paraná e demais entidades da Administração depende de prévia aprovação do competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - identificação do objeto a ser executado;

II - metas a serem atingidas;

III - etapas ou fases de execução;

IV - plano de aplicação dos recursos financeiros;

V - cronograma de desembolso;

VI - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

VII - comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente assegurados, se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador.

§ 1o. Os convênios, acordos, ou ajustes que não impliquem repasse de verba pela entidade conveniente poderão prescindir das condições previstas nos incisos IV e

V deste artigo.

§ 2o. O plano de trabalho deverá ser elaborado com a observância dos princípios da Administração Pública, especialmente os da isonomia, sustentabilidade ambiental, eficiência, economicidade, proporcionalidade, razoabilidade e da forma mais vantajosa para a Administração.

§ 3o. O plano de trabalho deve detalhar as ações a serem implementadas e, envolvendo construções e/ou reformas, ser acrescido do projeto próprio, aprovado pelos órgãos competentes e acompanhado de cronograma físico-financeiro da obra.”

De toda forma, conforme o referido dispositivo da Lei federal, bem como da Lei estadual, o termo de convênio deve ter seu objeto identificado, as fases da execução, com as metas a serem atingidas, mediante um plano de aplicação dos eventuais recursos financeiros, e no que mais for necessário ao desiderato, conforme a lei e os princípios da Administração.

No mesmo sentido, prevê a nova Lei de Licitações n.14.133/2021:

“Art. 75. É dispensável a licitação:

XV - para contratação de instituição brasileira que tenha por finalidade estatutária apoiar, captar e executar atividades de ensino, pesquisa, extensão, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e estímulo à inovação, inclusive para gerir administrativa e financeiramente essas atividades, ou para contratação de instituição dedicada à recuperação social da pessoa presa, desde que o contratado tenha inquestionável reputação ética e profissional e não tenha fins lucrativos;”

Desse modo, havendo convergência de interesses entre a Fundação Araucária e a Unespar, não havendo que se falar em obrigatoriedade de um processo ou de mesmo de dispensa de licitação uma vez que o presente Termo é objeto do chamamento público - CP 09/2021 - PROGRAMA PESQUISA BÁSICA E APLICADA (ETAPA 3 - SUBMISSÃO INDIVIDUAL DE PROJETO APROVADO) n.º 09/2021, publicado em 1 de Fevereiro de 2022, com resultado final publicado no Diário Oficial do Estado nº 11123, 4 de Março de 2022 (fls.104 a 106), que integram este Convênio, documentação que integra o presente processo, assim como todos os documentos da dispensa de licitação mencionados na minuta às fls.03/88.

IV – Da documentação necessária

Em que pese a Fundação Araucária ser uma instituição dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, integrante da Administração Pública Indireta, opera recursos públicos. Nesse sentido, é tratada pelos órgãos de controle, em especial o TCE-PR, com as mesmas exigências aplicadas aos demais órgãos governamentais, dentre as quais, oportuno transcrever algumas das Recomendações Homologadas pelo Acórdão n.205/22 do Tribunal Pleno em analogia à gestão com as Fundações de Apoio:

Adotar como regra a aprovação prévia dos planos de trabalho para todos os convênios firmados entre a universidade e as fundações de apoio, independentemente de envolverem ou não a transferência de recursos financeiros; (...)

Implantar rotina de trabalho para emitir, por meio dos fiscais dos contratos e convênios, relatórios de acompanhamento parcial, ao final de cada exercício

financeiro, e de encerramento, ao término da vigência dos convênios firmados entre a universidade e as fundações de apoio;
(...)

Emitir, por meio de seus conselhos superiores, os atos de aprovação dos relatórios de execução, ao final de cada exercício financeiro, e de encerramento, ao término da vigência dos convênios firmados entre a universidade e as fundações de apoio;
(...) <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/universidades-estaduais-devem-aprimorar-gestao-de-convenios-com-fundacoes-de-apoio/9659/N>



Por isso, para a celebração do Termo, o processo deve ser instruído pelos documentos elencados nos artigos 136 e 137 da Lei 15.608/2007, que estabelece as normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos poderes do Estado do Paraná, que menciona os documentos que deverão instruir o **convênio** (acordo), *in verbis*:

“**136.** Os processos destinados à celebração de convênio deverão ser instruídos com os seguintes documentos:

I - ato constitutivo da entidade conveniente;

II - comprovação de que a pessoa que assinará o convênio detém competência para este fim específico;

III - prova de regularidade do conveniente para com as Fazendas Públicas;

IV - prova de regularidade do conveniente para com a Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos (CND), e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação (CRS);

V - plano de trabalho detalhado, com a clara identificação das ações a serem implementadas e da quantificação de todos os elementos;

VI - prévia aprovação do plano de trabalho pela autoridade competente;

VII - informação das metas a serem atingidas com o convênio;

VIII - justificativa da relação entre custos e resultados, inclusive para aquilatação da equação custo/benefício do desembolso a ser realizado pela Administração em decorrência do convênio;

IX - especificação das etapas ou fases de execução, estabelecendo os prazos de início e conclusão de cada etapa ou fase programada;

X - orçamento devidamente detalhado em planilha;

XI - plano de aplicação dos recursos financeiros;

XII - correspondente cronograma de desembolso;

XIII - indicação das fontes de recurso e dotação orçamentária que assegurarão a integral execução do convênio;

XIV - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

XV - declaração do ordenador de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XVI - declaração do ordenador de despesa de que existe disponibilidade de caixa para pagamento das despesas decorrentes de convênio a ser celebrado nos dois últimos quadrimestres do mandato.”

Outrossim, observe-se que a minuta contida no processo apresenta, além dos itens elencados no art. 136 da Lei 15.608/2007, também os documentos dispostos no artigo 137, em que:

Art. 137. A minuta do convênio deve ser adequada ao disposto no artigo anterior, devendo, ainda, contemplar:

I - detalhamento do objeto do convênio, descrito de forma precisa e definida;

II - especificação das ações, item por item, do plano de trabalho, principalmente as que competirem à entidade privada desenvolver;

III - previsão de prestações de contas parciais dos recursos repassados de forma parcelada, correspondentes e consentâneos com o respectivo plano e cronograma

de desembolso, sob pena de obstar o repasse das prestações financeiras subsequentes;

IV - indicação do agente público que, por parte da Administração, fará o acompanhamento e a fiscalização do convênio e dos recursos repassados, bem como a forma do acompanhamento, por meio de relatórios, inspeções, visitas e atestação da satisfatória realização do objeto do convênio;

V - previsão de que o valor do convênio não poderá ser aumentado, salvo se ocorrer ampliação do objeto capaz de justificá-lo, dependendo de apresentação e aprovação prévia pela Administração de projeto adicional detalhado e de comprovação da fiel execução das etapas anteriores e com a devida prestação de contas, sendo sempre formalizado por aditivo;

VI - previsão da necessidade de abertura de conta específica para aplicação dos recursos repassados.

(...)

Art. 118. Todo contrato é acompanhado por um gestor de contrato, representante da Administração Pública, sendo:

I - preferencialmente um agente ocupante de cargo efetivo do quadro permanente da Administração;

II - previamente designado pela autoridade administrativa signatária do contrato.

Desse modo, o presente Convênio deve ser implementado em conformidade com a Lei 8.666/93 (revogada pela lei 14.133 de 01 de abril de 2021) e a Lei do Estado do Paraná 15.608/2007, assim como observar as obrigações consignadas na CLÁUSULA QUINTA do termo, e, especialmente, recomenda-se seja indicado o gestor que acompanhará a execução do contrato por parte da Unespar (art.118 da Lei 15.608/2007 e no mesmo sentido o art.698 e seguintes do Decreto regulamentador n.10.086 de 2022), de forma expressa em atendimento ao Princípio da Transparência (vide Instrução de Serviço n.119/2018 do TCE/PR).

Por fim, recomenda-se seja seguido o rito do Regimento Interno da Unespar (parecer/ciência da Divisão de Pesquisa ou Extensão - art.16, I e II - Das Pró-Reitorias).

V- Conclusão

Com os apontamentos acima, essa Procuradoria Jurídica manifesta-se pela viabilidade de firmar o Termo de Convênio n.075/2022 entre a Fundação Araucária e a UNESPAR, no que se refere aos pressupostos jurídicos, com as recomendações, mediante aprovação pelo CAD, nos termos do Protocolo: 18.944.383-8.

É o parecer.

Paranavaí, 22 de Agosto de 2022.

Lia Nara Viliczinski de Oliveira

Advogada OAB/PR 81.638

Procuradoria Jurídica - UNESPAR



ePROTOCOLO



Documento: **PARECER0452022PROJURDIADM18.944.3838CONVENIOF.ARAUCARIAPDICP75.2022.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Lia Nara Viliczinski de Oliveira** em 23/08/2022 08:16.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Lia Nara Viliczinski de Oliveira** em: 23/08/2022 08:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
30c05cb9f6158da3562a47276fdcaafa.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
DIRETORIA DE PROJETOS E CONVENIOS**

Protocolo: 18.944.383-8
Assunto: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 23/08/2022 08:51

DESPACHO

Paranavaí, 23/08/2022.
Prezado Pró-Reitor de Planejamento da Unespar, Sr. Sydnei Kempa.
Encaminhamos o presente protocolado, para apreciação e possível envio para proposta de pauta, a reunião do Conselho de Planejamento, Administração e Finanças (CAD), da Unespar.

Respeitosamente,
Gisele Ratiguieri
Diretora de Projetos e Convênios
PROPLAN/UNESPAR



ePROTOCOLO



Documento: **DESPACHO_5.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Gisele Maria Ratiguieri** em 23/08/2022 08:51.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Gisele Maria Ratiguieri** em: 23/08/2022 08:51.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
ac2067693ad1c3fb8349c8ed485e0cd6.



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITORIA DE PLANEJAMENTO**

Protocolo: 18.944.383-8
Assunto: TERMO DE CONVÊNIO 075/2022 - PBA - UNESPAR
Interessado: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
Data: 29/08/2022 10:52

DESPACHO

Para: Ivone Ceccato
Chefe de Gabinete da Reitoria

Considerando o trâmite e manifestações encaminhado o presente processo para ser apreciado pelo Conselho de Planejamento, Administração e Finanças.

Att.
Sydney R Kempa
Pró-Reitor de Planejamento



ePROCOLO



Documento: **DESPACHO_6.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Sydnei Roberto Kempa** em 29/08/2022 10:52.

Inserido ao protocolo **18.944.383-8** por: **Sydnei Roberto Kempa** em: 29/08/2022 10:52.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
3604943869e89a6910ab0415b53d0a0a.